



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 54/2026 – REGISTRO DE PREÇOS

<p>PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 8575/2026</p> <p>MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 54/2026</p> <p>OBJETO: Contratação de empresa especializada para locação de caminhão pipa com operador e combustível a fim de atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Mata de São João/BA.</p> <p>DATA DA LICITAÇÃO: 09 de junho de 2026</p> <p>LIMITE DE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: até 09 de junho de 2026 às 08h59min.</p> <p>INÍCIO DA SESSÃO: 09h:00min.</p> <p>ENDEREÇO ELETRÔNICO: O Pregão será realizado em sessão pública online por meio de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, através do site www.licitanet.com.br</p> <p>BASE LEGAL: Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 714/2023, de 31 de outubro de 2023, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Municipal n. 257 de 25 de maio de 2022 e Decreto Municipal nº. 454/2024 de 05 de julho de 2024 e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.</p> <p>PARTICIPAÇÃO: AMPLA</p>	
<p>UNIDADE SOLICITANTE: SEOSP – Secretaria de Obras e Serviços Públicos.</p>	<p>CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE (1 lote)</p>
<p>MODO DE DISPUTA: ABERTO</p>	<p>FORMA DE FORNECIMENTO: PARCELADO</p>
<p>PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇO: 12 (DOZE) MESES</p>	<p>VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$117.489,82 (Cento e dezessete mil e quatrocentos e oitenta e nove reais e oitenta e dois centavos)</p>
<p>REQUISITOS ESPECÍFICOS DA HABILITAÇÃO:</p> <p>Para a execução do objeto, a licitante deverá comprovar a qualificação técnica operacional mediante a apresentação de atestado (s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que demonstre(m) a execução anterior de, no mínimo, 15 (quinze) diárias, correspondentes a 30% (trinta por cento) do quantitativo da parcela de maior relevância e valor significativo (Item 2) da contratação, em estrita observância ao art. 67, § 1º e § 2º da Lei nº 14.133/2021.</p> <p>Será permitida a soma de atestados para fins de comprovação dos quantitativos mínimos exigidos, desde que os documentos apresentados, em conjunto, demonstrem a experiência requerida e a aptidão da licitante para a execução concomitante das obrigações.</p> <p><input type="checkbox"/> Declarações:</p> <p>a) Apresentar declaração de que os condutores estarão/estão devidamente habilitados, com a documentação expedida pelos órgãos competentes, devendo atender a categoria de habilitação específica para cada tipo de veículo ou equipamento, para cada motorista do veículo, inclusive certificado de curso específico quando a função exigir;</p> <p>b) Apresentar declaração de que os veículos estão em conformidade com a norma ABNT NBR Nº 16882:2020;</p> <p>c) Apresentar declaração de que os veículos não possuem nenhum tipo de restrição administrativa ou judicial ou de qualquer outra natureza que possa interromper a utilização do equipamento, durante a execução da Ata de Registro de Preços;</p> <p>d) Apresentar declaração para os devidos fins, de que a licitante possui em nome da empresa todos os veículos exigidos para execução do objeto referente ao Lote Único do presente certame, comprometendo-se a</p>	
<p>FOLDERS/AMOSTRA:</p> <p>() SIM (X) NÃO SE APLICA</p> <p>Para fins de assinatura da Ata de Registro de Preços:</p> <p>Quando convocado para assinatura da Ata de Registro de Preços licitante mais bem classificado terá o prazo de 72 (setenta e duas) horas, contados a partir da data de sua convocação, para comprovar:</p> <p>- Cópia do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV) em nome da empresa, ser detentor de todos os veículos previstos no Lote Único ou, na hipótese de subcontratação admitida, de pelo menos 01 (um) dos veículos a serem disponibilizados para execução do objeto</p> <p>b) Apresentar documento emitido pelo Departamento Estadual de Trânsito, que os veículos não possuem nenhum tipo de restrição administrativa ou judicial ou de qualquer outra natureza que possa interromper a utilização do equipamento, durante a execução da Ata de Registro de Preços;</p> <p>A comprovação da propriedade do veículo próprio e da subcontratação será exigida exclusivamente no ato da assinatura da Ata de Registro de Preços, mediante apresentação do CRLV em nome da empresa e dos documentos pertinentes à subcontratação.</p>	





mantê-los disponíveis durante toda a execução contratual, e que, na hipótese de subcontratação admitida pelo edital, permanecerá detentora de, no mínimo, 01 (um) dos veículos previstos no referido lote, responsabilizando-se integralmente pela execução dos serviços contratados.

1. PREÂMBULO

1.1. A Prefeitura Municipal de Mata de São João, torna público que realizará licitação, para registro de preços, na modalidade de Pregão Eletrônico, tipo **menor preço por Lote composto por itens**, através do site www.licitanet.com.br, regida pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 714/2023, de 31 de outubro de 2023, **Decreto Municipal n. 257 de 25 de maio de 2022 e Decreto Municipal nº. 454/2024 de 05 de julho de 2024**, Lei Complementar nº 123/2006, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1.2. Na hipótese de decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data mencionada no item 1.1, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

1.3. Somente poderão participar da Sessão Pública, etapa de lances, as empresas que apresentarem Propostas através do site descrito no item 1.1.

2. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1. O Pregão será realizado em sessão pública, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação - INTERNET, utilizando-se, para tanto, métodos de autenticação de acesso e recursos de criptografia, garantindo segurança em todas as fases do certame.

2.2. Os trabalhos serão conduzidos pelo(a) Pregoeiro(a) responsável, ou por seu suplente, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema da LICITANET, observados os procedimentos estabelecidos no manual técnico operacional disponível no sítio eletrônico em [https://portal.licitanet.com.br/no menu ajuda/manuals](https://portal.licitanet.com.br/no%20menu%20ajuda/manuals) ou pelo telefone (34)2512-6500 opção 2.

3. OBJETO

3.1. Constitui o **objeto** da presente licitação a Contratação de empresa especializada para locação de caminhão pipa com operador e combustível a fim de atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Mata de São João/BA.

3.2. No caso de divergência entre a especificação contida neste edital e na plataforma da LICITANET, prevalecerá a descrita neste edital.

4. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente cadastrado na plataforma da LICITANET, podendo ser realizado através do site <https://www.licitanet.com.br/fornecedor> ou pelo telefone (34) 2512-6500 opção 2.

4.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

4.6. Não poderão disputar esta licitação:

4.6.1. empresas em consórcio, observando, para tanto, a disposição do art. 122, §3º da Lei 14.133/2021.

4.6.2. empresas que possuam restrições quanto à capacidade técnica ou operativa, personalidade e capacidade jurídica, idoneidade financeira e regularidade fiscal;

4.6.3. empresas que estejam sob concordata ou falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

4.6.4. empresas que tenham sido declaradas inidôneas para contratar com a Prefeitura de Mata de São João e/ou quaisquer outros órgãos/entidades deste Município, desde que o ato tenha sido publicado no Diário do Município;



Prefeitura Municipal de Mata de São João

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

- www.matadesaojoao.ba.gov.br





4.6.5. empresas estrangeiras que não funcionem no País;

4.6.6. empresas que possuam participação direta ou indireta de sócios, diretores ou responsáveis técnicos que tenham vínculo empregatício com esta Prefeitura.

4.6.7. Não será admitida a atuação de um único representante legal para duas ou mais empresas.

4.6.8. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.6.9. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão da Ata de Registro de Preços, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.6.10. pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.6.11. agente público do órgão ou entidade licitante;

4.6.12. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.7. As microempresa ou empresa de pequeno porte (ME ou EPP) poderão se beneficiar do tratamento diferenciado e favorecido em licitações previsto na Lei Complementar nº 123/2006, desde que não se enquadrem em qualquer das exclusões relacionadas no parágrafo 4º do seu art. 3º.

4.7.1 A comprovação de que trata o subitem **4.7**, quanto à condição de microempresa ou empresa de pequeno porte (ME ou EPP), será realizada quando da entrega dos documentos de habilitação, pela licitante detentora do melhor lance ou proposta, através desse documento:

a) Certidão simplificada da junta comercial.

5. CREDENCIAMENTO E ACESSO AO SISTEMA LICITANET

5.1. Somente poderão participar deste Pregão Eletrônico, via internet, toda e qualquer Pessoa Jurídica cujo objetivo social seja pertinente ao objeto do certame, que atendam a todas as exigências deste Edital e da legislação a ele correlata, inclusive quanto à documentação, e que estejam devidamente credenciadas, através do site <https://licitanet.com.br/>

5.1.1. Os licitantes interessados deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via internet.

5.1.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site <https://licitanet.com.br/>.

5.1.3. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal única e exclusiva do(a) licitante, ou de seu(ua) representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão Eletrônico.

5.2. O uso da senha de acesso pelo(a) licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu (ua) representante, não cabendo ao provedor do Sistema, ou ao Município de Mata de São João/BA, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que, por terceiros.

5.2.1. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso.

5.3. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o(a) licitante às sanções previstas e no art. 49 do Decreto Federal nº 10.024/2019.

5.4. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade da licitante ou de seu representante legal pelos atos praticados e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes à licitação.

5.5. A licitante responsabiliza-se formalmente por todas as transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do Município de Mata de São João/BA por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.6. Constitui exclusiva responsabilidade da licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, assumindo o ônus da perda de negócios decorrente da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.



Prefeitura Municipal de Mata de São João

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

- www.matadesaojoao.ba.gov.br





5.7. Para participar deste Pregão Eletrônico, o(a) licitante deverá estar credenciado no Sistema "PREGÃO ELETRÔNICO" através do site <https://licitanet.com.br/>.

5.8. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema.

5.9. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal do(a) licitante ou de seu(ua) representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

5.10. O (A) licitante que deixar de assinalar o campo da **Declaração de ME/EPP** não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Sociedade Cooperativa.

5.10.1. O(A) licitante deverá encaminhar por meio do Sistema, junto com os documentos de habilitação, a Declaração de Enquadramento como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP).

5.11. O(A) licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu(ua) representante, excluída a responsabilidade do provedor do Sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

6. DO CADASTRO E APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ELETRÔNICA NO SISTEMA ELETRÔNICO

6.1. Os(As) licitante(s) encaminharão, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico (<https://licitanet.com.br/>), proposta com a descrição detalhada do objeto ofertado, incluindo quantidade, preço e a marca (conforme solicita o sistema), até a data e o horário limite de início da Sessão Pública, horário de Brasília. A proposta a ser encaminhada por meio do Sistema poderá obedecer ao modelo do Anexo I deste Edital.

6.1.1. A licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema até a abertura da sessão pública.

6.2. Como requisito para a apresentação da proposta, a licitante declarará, em campo próprio do sistema, sem prejuízo da exigência de outras declarações previstas em legislação específica e na Lei Federal nº 14.133/2021:

6.2.1. o cumprimento dos requisitos para a habilitação;

6.2.2. a conformidade de sua proposta com as exigências deste edital;

6.2.3. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

6.2.4. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

6.2.5. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6.3. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

6.3.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

6.3.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

6.4. A falsidade da declaração de que trata o item 6.3 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

6.5. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

6.6. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

6.7. Em sua **proposta eletrônica**, a licitante deverá:

6.7.1. informar o preço unitário do(s) lote (s), para o(s) qual(is) pretende concorrer, de acordo com o Anexo I.

6.7.1.1. Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional, em algarismos e devem ser adequados aos praticados no mercado na data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária e devem incluir todos os custos diretos, indiretos e despesas, necessários ao fornecimento do objeto, inclusive frete. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos





preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações.

6.7.2. evitar a aposição de sinal ou qualquer outro elemento que possibilite a identificação da licitante antes do encerramento da etapa de lances, sob pena de desclassificação.

6.8. A licitante ainda poderá, no momento do cadastramento da proposta eletrônica, parametrizar o seu valor final mínimo, obedecendo as seguintes regras:

6.8.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

6.8.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o 6.8.1;

6.8.3. o valor final mínimo poderá ser alterado pela licitante durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pela licitante no sistema;

7. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E FASE DE ENVIO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do lote.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser o indicado pelo Pregoeiro no sistema LICITANET.

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecuível.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa "aberto", portanto os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.10.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.10.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.10.4. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.11. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.14. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.15.1. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.





7.16. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.16.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.16.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.16.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.16.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.17. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.17.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.17.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.17.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.17.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.18. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.18.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.18.2. empresas brasileiras;

7.18.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.18.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.19.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.19.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.19.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.20. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.20.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7.22. Quando comparecer uma única licitante ou houver apenas uma proposta válida, caberá ao(à) Pregoeiro(a) verificar a aceitabilidade do preço ofertado, podendo negociar condições mais vantajosas.

8. DO ENVIO E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO



Prefeitura Municipal de Mata de São João

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

- www.matadesaojoao.ba.gov.br





8.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado, à compatibilidade do preço final em relação ao estimado para a contratação.

8.2. A licitante provisoriamente vencedora (arrematante) deverá enviar a proposta escrita por meio do sistema eletrônico, no prazo de 2 (duas) horas subsequente ao da solicitação do(a) Pregoeiro(a) no sistema, prorrogável por igual período, por solicitação justificada da licitante ou de ofício pelo(a) Pregoeiro(a) quando constatada a insuficiência do prazo estabelecido.

8.2.1. o conteúdo da **Proposta de Preços Escrita** deverá dispor:

- a) Preço unitário correspondente ao lance vencedor e total do item (preço unitário x quantidade), expresso em números, na moeda corrente nacional, com no máximo duas casas decimais, sendo desprezadas as demais;
- b) apresentar a marca/modelo do produto ofertado, quando couber, constar no campo.
- c) A proposta de preços deverá conter oferta firme e precisa, sem alternativas de preço ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.
- d) A proposta de preços deverá conter validade não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação.
- e) A proposta de preços deverá conter quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos incorretamente cotados ou omitidos da Proposta de Preço serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo os respectivos produtos ser disponibilizados à Prefeitura Municipal de Mata de São João sem quaisquer ônus adicionais.
- f) A apresentação da Proposta Comercial implica na aceitação plena e total das condições deste Edital, sujeitando o licitante às sanções previstas na Lei Federal nº. 14.133/2021.

g) A licitante deverá apresentar em conjunto com sua proposta de preços, as seguintes declarações:

1. Conter **DECLARAÇÃO** em papel timbrado do licitante, assinada pelo responsável legal da empresa informando que **nos preços propostos estão incluídas todas as parcelas relativas aos custos da prestação dos serviços**, mão-de-obra, encargos trabalhistas e **fornecimento dos materiais**, frete, seguro, taxas, impostos e demais encargos incidentes, montagem, manutenção e instalação nos locais indicados pela CONTRATANTE, transporte, bem como utilização de equipamentos e pessoal ou o que for necessário para o fornecimento, sendo que não poderá haver nenhuma reclamação por parte da CONTRATADA, no sentido de cobranças ou ressarcimentos relativos a tal assunto, constituindo-se, portanto, na única remuneração devida pelo contratante para execução completa da Ata de Registro de Preços a ser firmada;
2. Conter **DECLARAÇÃO**, em papel timbrado do licitante, assinada pelo responsável legal da empresa, informando **que os serviços e produtos atendem todas as exigências do Edital relativas à especificação e características, inclusive técnicas**;
3. Conter **DECLARAÇÃO**, indicando **do(s) nome(s), cargo ou função, número(s) do CPF e da Identidade (indicar o órgão emissor) e endereço do(s) representante(s) da empresa que assinará (ão) a Ata de Registro de Preços**, na forma estabelecida no Contrato Social ou Estatuto da proponente;
4. Conter **DECLARAÇÃO** informando **número da Agência, número da Conta Corrente e Instituição Financeira (Banco)**, cuja titularidade seja da empresa licitante, onde deverão ser efetuados os pagamentos, caso venha a ser Vencedora da Licitação;
5. Conter **DECLARAÇÃO** informando **endereço eletrônico (e-mail) para fim exclusivo de comunicação entre as partes**, dispensando-se comunicação mediante correspondência física, se responsabilizando pela manutenção e funcionamento do endereço eletrônico fornecido;
6. Conter **DECLARAÇÃO**, sob as penas da Lei, de que **inexistem quaisquer fatos impeditivos** da sua habilitação;
7. Conter **DECLARAÇÃO** informando que **não possui em seu quadro de pessoal empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho**, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 (Lei nº. 9.854/99).
8. Conter **DECLARAÇÃO** formal e expressa do Licitante devidamente assinada por um de seus responsáveis, informando **que entre seus diretores, gerentes, sócios e demais profissionais não figuram servidores ou dirigentes de órgão ou entidade da Prefeitura Municipal de Mata de São João**.

8.2.2. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem as propostas das licitantes convocadas para sua apresentação, após a fase de envio de lances.

8.2.2.1. Apresentar juntamente a sua proposta de preço uma planilha de todos os custos envolvendo o referido serviço, conforme **modelo** de tabela abaixo:

ITEM	PERCENTUAL	VALOR TOTAL
MÃO DE OBRA		
TRIBUTOS		



Prefeitura Municipal de Mata de São João

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

- www.matadesaojoao.ba.gov.br





INSUMOS		
LUCRO/BDI		
VALOR TOTAL	100%	

8.3. O(a) pregoeiro(a) verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

8.3.1. As consultas realizar-se-ão em nome da licitante e também de eventual matriz ou filial e de seus sócios majoritários.

8.3.2. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado desclassificado, por falta de condição de participação.

8.4. Será **desclassificada** a proposta que:

8.4.1. conter vícios insanáveis;

8.4.2. não obedecer às especificações técnicas contidas na Ata de Registro de Preços;

8.4.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.4.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.4.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.5. Para a aquisição de bens é indício de inexequibilidade valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração Pública, a qual só será declarada após diligência que comprove que o custo ultrapassa o valor da proposta e que inexistem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta, garantida manifestação do licitante.

8.6. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo Pregoeiro(a) através do sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

8.7. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.8. Encerrada a fase de julgamento, após a verificação de conformidade das propostas, o(a) Pregoeiro(a) verificará a documentação de habilitação das licitantes conforme disposições do Item 9.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Divulgado o julgamento das propostas de preços na forma prescrita neste Edital, passar-se-á à fase de habilitação.

9.1.1. O cumprimento dos requisitos de habilitação e a validade dos documentos serão averiguados relativamente à data de sua apresentação, após solicitação do(a) Pregoeiro(a) no sistema.

9.1.2. Os documentos exigidos para habilitação deverão ser apresentados em formato digital apenas pela licitante provisoriamente vencedora (arrematante), por meio do sistema eletrônico, preferencialmente de forma ordenada sequencialmente por item de habilitação, de modo a facilitar sua análise, **no prazo de até 02 (duas) horas subsequente ao da solicitação do(a) Pregoeiro(a) no sistema.**

9.1.3. A documentação de habilitação poderá ser apresentada em original, por cópia ou por publicação em órgão de imprensa oficial, ou ainda, extraídos via internet, sujeitos à consulta e aceitação condicionada à verificação de veracidade via internet.

9.1.4. Para efeito de validade dos documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista e certidão negativa de falência ou recuperação judicial/extrajudicial, se outro prazo não constar de ato normativo ou do próprio documento, será considerado o período de **90 (noventa) dias após sua emissão.**

9.2. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a sua substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

9.2.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelas licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; ou

9.2.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas escritas.

9.2.3. Na análise dos documentos de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, acessível às licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.2.4. A omissão na documentação ou a documentação apresentada com data de validade vencida, quando passíveis de serem saneadas mediante consulta gratuita a sítio oficial na internet e, as meras declarações das licitantes, constituem





falhas formais. Nestas hipóteses, o(a) Pregoeiro(a) poderá suprir de ofício a falha, juntando a documentação obtida em diligência nos autos do processo.

9.2.5. A vedação à inclusão de novo documento não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pela licitante (condição preexistente) quando apresentou sua proposta, que não foi juntado, por equívoco ou falha, com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta.

9.3. O(a) Pregoeiro(a) poderá, sob o amparo do que estabelece o art. 64 da Lei Federal nº 14.133/2021, exigir que a licitante apresente Nota Fiscal comprobatória do fornecimento indicado em atestados de qualificação técnica por ela apresentados. A falta de comprovação sujeita o responsável às penalidades estabelecidas neste instrumento convocatório.

9.4. Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) deverão apresentar toda documentação de habilitação exigida para fins de regularidade fiscal e trabalhista, ainda que tenham alguma restrição.

9.4.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério da Administração Municipal, contados a partir do 1º (primeiro) dia útil após a data em que for declarado vencedor, para regularização dos documentos.

9.4.2. A não regularização dos documentos no prazo estabelecido implicará a decadência do direito à contratação e a adoção dos procedimentos especificados no subitem 13 deste edital.

9.5. Serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação das licitantes convocadas para sua apresentação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem 9.2.

9.6. Constituem motivos para INABILITAÇÃO da licitante, após esgotadas as possibilidades de saneamento nos termos do disposto no subitem 9.2:

9.6.1. A não apresentação da documentação exigida para habilitação;

9.6.2. A apresentação de documentos com prazo de validade vencido, na data fixada para apresentação da proposta eletrônica, exceto nas hipóteses previstas na Lei Complementar nº. 123/2006.

9.6.3. A substituição dos documentos exigidos para habilitação por protocolos de requerimento de certidão;

9.6.4. A apresentação de documentos que contenham informações inverídicas;

9.6.5. A mesclagem de documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista de estabelecimentos diversos, exceto prova de regularidade para com a Fazenda Federal conjunta com a Seguridade Social (INSS), para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e para com a Justiça do Trabalho (CNDT);

9.6.6. O não cumprimento dos requisitos de habilitação;

9.6.7. O não atendimento às diligências, quando solicitadas, dentro do prazo estabelecido.

9.7. Dos documentos que compõem a habilitação:

9.7.1. Habilitação Jurídica:

- a) Registro Comercial no caso de empresa individual;
- b) Ato Constitutivo, Estatuto Ou Contrato Social Consolidados, em vigor devidamente registrado no Órgão Competente, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
- c) Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de Sociedades Cíveis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- d) Decreto de Autorização, devidamente arquivado em se tratando de empresas ou sociedades estrangeiras em funcionamento no País;
- e) Apresentação de documentação do representante legal (documento de identificação, com foto) com poderes específicos para assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

9.7.2. Habilitações Fiscal, Social e Trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no Cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade com a Fazenda Federal (Tributos e Dívida Ativa da União), Estadual e Municipal, sendo as duas últimas do domicílio ou sede do licitante;
- d) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, através de apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS - CRF;





- e) Prova de Regularidade perante a Justiça do Trabalho mediante a apresentação da Certidão de Débitos Trabalhistas (CDT).
- f) Com referência à comprovação de Regularidade Fiscal, serão observadas as determinações constantes na Lei Complementar Federal Nº 123/06.

9.7.3. Da Qualificação Técnica:

- a) Comprovação através da apresentação de atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, comprovando atividade pertinente e compatível, em características com o objeto desta licitação
- b) Para a execução do objeto, a licitante deverá comprovar a qualificação técnica operacional mediante a apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que demonstre(m) a execução anterior de, no mínimo, 15 (quinze) diárias, correspondentes a 30% (trinta por cento) do quantitativo da parcela de maior relevância e valor significativo (Item 2) da contratação, em estrita observância ao art. 67, § 1º e § 2º da Lei nº 14.133/2021. Será permitida a soma de atestados para fins de comprovação dos quantitativos mínimos exigidos, desde que os documentos apresentados, em conjunto, demonstrem a experiência requerida e a aptidão da licitante para a execução concomitante das obrigações.
- c) **Apresentar declaração** de que os condutores estarão/estão devidamente habilitados, com a documentação expedida pelos órgãos competentes, devendo atender a categoria de habilitação específica para cada tipo de veículo ou equipamento, para cada motorista do veículo, inclusive certificado de curso específico quando a função exigir;
- d) **Apresentar declaração** de que os veículos estão em conformidade com a norma ABNT NBR Nº 16882:2020;
- e) **Apresentar declaração** de que os veículos não possuem nenhum tipo de restrição administrativa ou judicial ou de qualquer outra natureza que possa interromper a utilização do equipamento, durante a execução da Ata de Registro de Preços;
- f) **Apresentar declaração** para os devidos fins, de que a licitante possui em nome da empresa todos os veículos exigidos para execução do objeto referente ao Lote Único do presente certame, comprometendo-se a mantê-los disponíveis durante toda a execução contratual, e que, na hipótese de subcontratação admitida pelo edital, permanecerá detentora de, no mínimo, 01 (um) dos veículos previstos no referido lote, responsabilizando-se integralmente pela execução dos serviços contratados.

9.7.4. Da Qualificação Econômico-Financeira:

a) Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis dos **02 (dois) últimos exercícios sociais**, já exigíveis, na forma da lei, comprovando a boa situação financeira da licitante, podendo ser atualizado por índices oficiais na hipótese de encerrados a mais de 3 (três) meses da data de sua apresentação, **vedada** a substituição por Balancetes e Balanços provisórios.

a.1) Quando da apresentação de balanço patrimonial físico na forma da lei, a comprovação da Qualificação Econômico Financeira deve ser da seguinte forma:

- Balanço patrimonial dos **02 (dois) últimos exercícios sociais**;
- Demonstração de Resultado dos Exercícios;
- Assinado pelo contador e representante legal da empresa;
- Termo de Abertura e do Termo de Encerramento do Livro Diário;
- Registrado na Junta Comercial.

a.2) Quando da apresentação de balanço patrimonial digital na forma da lei, a comprovação da Qualificação Econômico Financeira deve ser da seguinte forma:

- Balanço patrimonial dos **02 (dois) últimos exercícios sociais**;
- Demonstração de Resultado dos Exercícios;
- Assinado digitalmente pelo contador e representante legal da empresa;
- Termo de Abertura e do Termo de Encerramento do Livro Diário;
- Recibo emitido pelo sistema público.

9.7.4.1. Os Itens acima indicados não se aplicam ao MEI - Micro Empreendedor Individual, logo dispensados de tais requisitos, conforme o disposto na Lei nº 10.406/2002, arts. 970 e 1.179, §2º, que assegura tratamento favorecido ao mesmo.

9.7.4.2. A empresa licitante que ainda não tenha completa do seu primeiro ano de exercício fiscal, terá sua capacidade econômico-financeira comprovada por meio da apresentação do Balanço de Abertura devidamente registrado na Junta Comercial.

9.7.4.3. Os documentos referidos item 9.7.4 "a" limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

9.7.5. Apresentar **Certidão de concordata e falência**, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, devidamente válida à data da sessão.

9.7.6. Certidão negativa de recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.





9.7.6.1. Nas hipóteses em que a certidão encaminhada for positiva, deve a licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor.

9.7.6.2. Para o caso de empresas em recuperação judicial: Ter ciência de que no momento da Ata de Registro de Preços deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que a LICITANTE está cumprindo o plano de recuperação judicial;

9.7.6.3. Para o caso de empresas em recuperação extrajudicial: estar ciente de que no momento da assinatura da Ata de Registro de Preços deverá apresentar comprovação documental de que está cumprindo as obrigações do plano de recuperação extrajudicial.

9.7.7. O Certificado de Registro Cadastral – CRC (do Estado da Sede da Licitante), devidamente atualizado, emitido até 90 (noventa) dias antes da data da licitação, **substitui** os documentos indicados nos subitens 9.7.1 (“a” à “d”) à 9.7.2 “a”.

9.7.8. O Certificado de Registro Cadastral – CRC (do Estado da Sede da Licitante), devidamente atualizado, substituirá o Atestado solicitado no subitem 9.7.3, caso o objeto da licitação esteja contemplado nos Códigos das Famílias de Materiais ou Serviços para os quais a empresa está apta a fornecer.

9.7.9. Na apresentação do Certificado de Registro Cadastral – CRC (do Estado da Sede da Licitante) em substituição ao subitem 9.7.3, poderá ser solicitado documentos complementares para verificação da similaridade do objeto da licitação com o atestado.

9.10. Estando a documentação de habilitação da licitante completa, correta, com observância de todos os dispositivos deste Edital e seus Anexos o Pregoeiro considerará a proponente habilitada e vencedora do certame.

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

1) Sob pena de inabilitação, os documentos apresentados deverão estar em nome da licitante, indicando o número do CNPJ e endereço, respectivos:

1.1. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; ou

1.2. Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10. DOS RECURSOS

10.1. Dos atos da Administração decorrentes desta licitação cabem:

10.1.1. recurso hierárquico em face de:

- a) julgamento das propostas;
- b) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- c) anulação ou revogação da licitação;
- d) extinção do contrato (caso firmado), quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração.

10.1.2. pedido de reconsideração, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

10.2. Para os recursos apresentados em face do julgamento das propostas e da habilitação ou inabilitação de licitante (alínea b), serão observadas as seguintes disposições:

10.2.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada pela licitante, exclusivamente via sistema, no prazo de até 10 (dez) minutos, após o julgamento da proposta ou da habilitação, sob pena de preclusão.

10.2.1.1. A licitante desclassificada antes da fase de disputa também poderá manifestar e motivar a sua intenção de interpor recurso naquele período.

10.2.2. As licitantes que manifestaram a intenção de interpor recurso deverá apresentar sua peça recursal, dirigidos ao(à) Pregoeiro(a), em campo próprio do sistema, no prazo de 03 (três) dias úteis contados a partir do encerramento do lote no sistema, após o julgamento da proposta e da habilitação de licitante.

10.2.3. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso (03 dias úteis) e terá início na data de divulgação da interposição de recurso.

10.2.4. A apreciação dar-se-á em fase única.

10.3. Os demais recursos hierárquicos serão dirigidos à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, através do ambiente do sistema eletrônico, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados do dia subsequente ao da publicação no Diário Oficial do Município.

10.4. A autoridade que praticou o ato recorrido poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos.





10.5. O pedido de reconsideração será dirigido à autoridade que praticou o ato, através do e-mail recursosduvidaspmsj@gmail.com, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis contados da data da intimação relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

10.5.1. A autoridade deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

10.6. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.7. O acolhimento de recurso implicará a invalidação apenas do ato insuscetível de aproveitamento.

10.8. Não serão acatados recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representantes não habilitados legalmente ou não credenciados no processo para responder pela licitante.

11. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

11.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

12. PREÇO, PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. O preço que vigorará no ajuste será o ofertado pela licitante a quem for o mesmo adjudicado.

12.2. Este preço inclui todos os custos diretos e indiretos, impostos, taxas, benefícios, encargos sociais, trabalhistas e fiscais que recaiam sobre o objeto, incluindo frete até o local de entrega designado pela Prefeitura, transporte, etc., e constituirá, a qualquer título, a única e completa remuneração pelo seu adequado e perfeito cumprimento, de modo que nenhuma outra remuneração será devida.

12.3 As despesas decorrentes deste processo correrão por conta da seguinte programação financeira:

A Secretaria de Administração e Finanças,

Informamos a classificação programática da despesa solicitada no presente processo, em conformidade com as Leis nº 1.015/2025 e 1.014/2025, conforme demonstrado a seguir:

ÓRGÃO/U. O.	FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO	PROGRAMA	PROJ/ATIV	DISCRIMINAÇÃO
09-SEDUC 0901-SEDUC	12	361	0003	2026	Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental.
09-SEDUC 0901-SEDUC	12	365	0003	2027	Manutenção e Desenvolvimento Básica- Creche.
09-SEDUC 0901-SEDUC	12	365	0003	2028	Manutenção e Desenvolvimento Básica- Pré-Escola.
18 – SEOSP 1801- SEOSP	17	512	0013	2092	Manutenção dos Serviços de Limpeza Pública e Manejo de Resíduos Sólidos.

Salientamos que a viabilidade da dotação orçamentária será verificada no momento da formalização do contrato e/ou da emissão do empenho.

Informamos a dotação orçamentária, solicitada no presente processo, com o valor estimado de R\$11.324,32, de acordo com as demonstrações a seguir:

➤ Lei nº1015/2025:

U. O.	FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO	PROGRAMA	PROJ/ATIV	DISCRIMINAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE
10.00 SESAU 10.01 FMS	10	301	004	2037	FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DA REDE DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE	3.3.90.39.12	500
		302		2040	FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS ATENÇÃO ESPECIALIZADA A SAÚDE – MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE		

12.4. Os pagamentos serão efetuados, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, de acordo com o recebimento, conferência e aceite dos serviços efetivamente prestados, por meio de Ordem Bancária, e de acordo com as condições constantes da proposta, mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, de acordo com as demais exigências administrativas em vigor.

12.4.1. Deverá acompanhar os seguintes documentos para compor o processo de pagamento no que se refere a execução dos serviços:

- Boletim de Medição dos serviços;

Quanto do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.



Prefeitura Municipal de Mata de São João

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

- www.matadesaojoao.ba.gov.br





Obs.: Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, nota fiscal/fatura, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

12.4.2. A nota fiscal de serviço deverá ser emitida em conformidade com a Planilha de Referência do Edital e da proposta do Contratado;

Nenhum pagamento será efetuado à empresa a ser contratada, enquanto houver a pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual;

12.4.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a empresa providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Administração.

12.4.4. No caso de CONTRATADA em situação de recuperação judicial, deverá apresentar declaração, relatório ou documento equivalente de seu administrador judicial, ou se o administrador judicial for pessoa jurídica, do profissional responsável pela condução do processo, de que está cumprindo o plano de recuperação judicial;

12.4.5. No caso de CONTRATADA em situação de recuperação extrajudicial, junto com os demais comprovantes, deverá apresentar comprovação documental de que está cumprindo as obrigações do plano de recuperação extrajudicial.

12.4.6. No caso de empresa em situação de recuperação judicial, deverá apresentar declaração, relatório ou documento equivalente de seu administrador judicial, ou se o administrador judicial for pessoa jurídica, do profissional responsável pela condução do processo, de que está cumprindo o plano de recuperação judicial;

12.4.7. No caso de empresa em situação de recuperação extrajudicial, junto com os demais comprovantes, deverá apresentar comprovação documental de que está cumprindo as obrigações do plano de recuperação extrajudicial.

12.4.8. A não apresentação das comprovações acima assegura à Prefeitura o direito de sustar o pagamento respectivo e/ou pagamentos seguintes.

12.5. Antes de efetuar o pagamento será verificada a regularidade do Fornecedor junto aos órgãos fazendários e Trabalhistas, todos mediante consultas "on line".

12.6. O valor da Ata de Registro de Preços poderá ser reajustado, através de acordo entre as partes, a cada 12 (doze) meses a partir da data da apresentação da proposta, tomando-se por base a variação do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, ou na sua falta, de acordo com o índice que legalmente vier a lhe substituir.

12.7. Os quantitativos inicialmente registrados na Ata de Registro de Preços, poderão ser mantidos os mesmos ou ajustados conforme nova avaliação de demanda, em consonância o planejamento da gestão pública, observando as condições orçamentárias e administrativas vigentes.

12.8. A renovação é condicionada a observância de alguns critérios, ou seja, a comprovação da manutenção de preço vantajoso para a Administração pública e celebrada por termo aditivo dentro do prazo da sua vigência.

12.9. Havendo prorrogação da Ata, quando couber, poderá a Empresa Contratada pleitear o reajuste, considerando o índice IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) aferido por meio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

12.10. Quanto à renovação, será observada a reposição integral do quantitativo da ata, sem somatória com eventuais saldos remanescentes de exercícios anteriores.

12.11. A Administração Pública responderá em até 60 (sessenta) dias o pedido de repactuação de preço ou pedido de reequilíbrio econômico, conforme incisos X e XI do art. 92.

13. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 72 (setenta e duas) horas, contados a partir da data de sua convocação, **para comprovar:**

- Cópia do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV) em nome da empresa, ser detentor de todos os veículos previstos no Lote Único ou, na hipótese de subcontratação admitida, de pelo menos 01 (um) dos veículos a serem disponibilizados para execução do objeto

b) Apresentar documento emitido pelo Departamento Estadual de Trânsito, que os veículos não possuem nenhum tipo de restrição administrativa ou judicial ou de qualquer outra natureza que possa interromper a utilização do equipamento, durante a execução da Ata de Registro de Preços;

A comprovação da propriedade do veículo próprio e da subcontratação será exigida exclusivamente no ato da assinatura da Ata de Registro de Preços, mediante apresentação do CRLV em nome da empresa e dos documentos pertinentes à subcontratação.

13.1.1. A referida Ata de Registro de Preços terá o prazo de vigência de **12 (doze) meses** a contar da sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), podendo ser prorrogada por igual período desde que comprovado que o preço é mais vantajoso, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021



Prefeitura Municipal de Mata de São João

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

- www.matadesaojoao.ba.gov.br





13.1.2. A divulgação da Ata de Registro de Preços no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para sua eficácia/vigência.

13.1.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

13.2. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todo(s) o(s) item(s)/item(ns) constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(s)/ item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

13.3. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

13.4. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

13.5. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

13.6. O controle e o gerenciamento das atas de registro de preços, quando possível, serão realizados por meio da ferramenta de Gestão de Atas, quanto a:

- I - os quantitativos e os saldos;
- II - as solicitações de adesão; e
- III - o remanejamento das quantidades.

13.6.1. O disposto no item 13.6 observará os procedimentos estabelecidos no manual técnico operacional publicado pela União.

13.7. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

I - em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do **caput** do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

II - em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; ou

III - na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos do disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

13.8. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

13.8.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

13.8.2. Na hipótese prevista no item 13.8.1, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no item 13.10.

13.8.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no art. 29 do Decreto Municipal nº. 714/2023, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

13.8.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o órgão ou a entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 35 do Decreto Municipal nº. 714/2023.

13.9. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso

13.9.1. Para fins do disposto no item 13.9, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

13.9.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do disposto no item 13.10, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.





13.9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do disposto no item 13.9.2, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 14.3.

13.9.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 13.11, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

13.9.5. Na hipótese de comprovação do disposto no item 13.9 e 13.9.1, o órgão ou a entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

13.9.6. O órgão ou a entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto art. 124 da Lei nº. 14.133/2021.

13.10. O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, quando o fornecedor:

- I - descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;
- II - não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- III - não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no item 13.10.2; ou
- IV - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do **caput** do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.10.1. Na hipótese prevista no inciso IV do **item 13.10**, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

13.10.2. O cancelamento do registro nas hipóteses previstas no item 13.10 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

13.0.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

13.11. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- I - por razão de interesse público;
- II - a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- III - se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no item 13.9.3 e no item 13.9.4.

13.12. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão gerenciador entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

13.12.1. O remanejamento de que trata o item 13.12 somente será feito:

- I - de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
- II - de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

13.12.2. O órgão ou a entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para fins do remanejamento de que trata o item 13.12.

13.12.3. Na hipótese de remanejamento de órgão ou de entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os seguintes limites:

I - as aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos ou as entidades participantes; e

II - o quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciadora e os órgãos ou as entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

13.12.4 Para fins do disposto no item 13.12, competirá ao órgão gerenciador autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

13.12.5. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades de Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

13.12.6 Na hipótese de compra centralizada, caso não haja indicação, pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do disposto no item 13.12.2, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada ocorrerá por meio de remanejamento.





13.13. A contratação com os fornecedores registrados na Ata de Registro de Preços será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por meio de emissão de nota de empenho de despesa, conforme o disposto no art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021, ou na legislação local.

13.13.1. Os instrumentos de que trata o item 13.13 serão assinados no prazo de validade da ata de registro de preços, ainda que postergada sua vigência

13.14. O **gerenciamento e Fiscalização** da Ata de Registro de Preços e das Notas de Empenho de Despesas resultantes da presente licitação será feito na seguinte forma:

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

FISCAL:

Adriano de Jesus Nunes
Gerente de Infraestrutura e Desenvolvimento Rural

SUB FISCAL:

Renald Anunciação Dos Santos
Coordenador de Manutenção

GESTOR:

Bruna Queslin França da Silva
Subcoordenadora De Contratos

SUB GESTOR:

Thalita Lorraine Pereira Santos
Assessora de Gabinete

SECRETARIA DE SAÚDE

GESTOR

Nailane Nascimento Barbosa
Subcoordenadora de Suprimentos

GESTOR SUPLENTE

Raiane Lima de Jesus
Subcoordenadora de Acompanhamento de Execução Contratual

FISCAL

Nildete Silva dos Santos
Coordenadora de Controle de Qualidade Laboratoriais

FISCAL SUPLENTE

Ademir dos Santos Mimo
Subcoordenador de Manutenção

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

GESTOR

Andrea Paim Ferreira
Subcoordenadora de Avaliação e Controle da Demanda Escolar

GESTOR SUPLENTE

Sabrina Ketelim Oliveira Freitas
Assistente de Direção

FISCAL

Rosana Araújo Almeida
Gerente de Apoio Institucional à Unidade Escolar

FISCAL SUPLENTE

Camila Santana Batista
Assessora de Gabinete

13.16. A Prefeitura de Mata de São João, através da **Comissão Especial**, providenciará por sua conta, a publicação do extrato da Ata de Registro de Preços celebrada, no prazo de até 20 (vinte) dias da data de sua assinatura, não podendo ultrapassar o 5º dia útil do mês subsequente ao da sua assinatura.

14. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

14.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

14.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação;

14.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original.



Prefeitura Municipal de Mata de São João

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA
- www.matadesaojoao.ba.gov.br





14.1.3. Os licitantes que forem aderir ao cadastro reserva tem o prazo máximo de 10 minutos para manifestar e 02h (duas) horas para envio de toda a documentação.

14.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

14.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

14.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

14.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

14.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

14.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

14.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

14.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

14.4.2. adjudicar e firmar a Ata de Registro de Preços nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

15 – FORMALIZAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES

15.1. A **Comissão Especial** da Secretaria Gerenciadora será a responsável por formalizar a contratação dos fornecedores registrados, por emissão de Nota de Empenho de Despesa, conforme o disposto no art. 34 do Decreto Municipal nº. 714/2023.

15.2. A(s) Nota(s) de Empenho de Despesa a ser(em) emitidas(s) deverá(ão), decorrentes da presente licitação, obedecer(ão) o prazo de vigência da Ata de Sistema de Registro de Preços, oriunda da presente licitação e às determinações prevista no Art.84 da Lei Nº 14.133/2021.

15.3. O licitante Vencedor terá o prazo de **72 (setenta e duas) horas**, a contar do recebimento da convocação da **Comissão Especial** para retirar a(s) Nota(s) de Empenho de Despesa, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº. 14.133/2021.

15.3.1. Para retirar a Nota de Empenho de Despesa, em atendimento ao determinado na legislação específica, o licitante Vencedor deverá apresentar os documentos, abaixo relacionados devidamente vigentes:

- a) prova de regularidade com a Fazenda Federal (Tributos e Dívida Ativa da União), Estadual e Municipal, sendo as duas últimas do domicílio ou sede do licitante;
- b) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, através de apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS - CRF;
- c) prova de Regularidade perante a Justiça do Trabalho mediante a apresentação da Certidão de Débitos Trabalhistas (CDT); e
- d) Nota Fiscal / Fatura correspondente ao relacionado na Nota de Empenho de Despesa, observadas as condições constantes na Ata de Registro de Preços.
- e) **para o caso de empresas em recuperação judicial: apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que a LICITANTE está cumprindo o plano de recuperação judicial;**
- f) **para o caso de empresas em recuperação extrajudicial: apresentar comprovação documental de que está cumprindo as obrigações do plano de recuperação extrajudicial.**

15.3.2. A não manutenção das condições de habilitação consignadas neste Edital, que será verificada por meio de novas consultas a todas as certidões, a fim de obter as mais atualizadas, à época da emissão da Nota de Empenho recusa em assinar a Ata de Registro de Preços e/ou retirar a Nota de Empenho, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/2021, facultando à Administração chamar a próxima licitante melhor classificada, para a assinatura da Ata de Registro de Preços e a retirada da Nota de Empenho, ou revogar a licitação, sem prejuízo de multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

16. DO PRAZO, CONDIÇÕES E LOCAIS DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E RECEBIMENTO

16.1. Prazo de Execução dos Serviços: O prazo de execução dos serviços será indicado em cada Ordem de Serviço.

16.2. Local da entrega: Os serviços ocorrerão ou poderão ocorrer em todo o território do Município de Mata de São João.



Prefeitura Municipal de Mata de São João

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

- www.matadesaojoao.ba.gov.br





16.3. O objeto da contratação será recebido pela contratante provisoriamente e definitivamente consoante o disposto art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo eles:

- a) **provisoriamente**, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;
- b) **definitivamente**, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

16.3.1. Caso seja constatado que a prestação dos serviços e fornecimento dos materiais apresentem irregularidades, não correspondem às especificações deste Edital, eles serão rejeitados, podendo a Administração rescindir a contratação ou determinar que sejam refeitos e/ou corrigidos, no prazo de 01 (dia) corrido contados da comunicação, por escrito, mantido o preço contratado e sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

16.3.2. Caso as irregularidades digam respeito à diferença de quantidade ou de partes, a Administração poderá determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

16.3.3. Na hipótese de complementação, a contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 01 (dia) corrido, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

16.3.4. O recebimento e aceite do objeto pela Contratante não exclui a responsabilidade civil da Contratada por vícios de quantidade ou qualidade do material ou disparidades com as especificações estabelecidas no ANEXO I, verificadas posteriormente.

17. DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA REGISTRADA:

➤ **A fim de que seja assegurado a prestação dos serviços e harmonia sobre a execução da Ata de Registro de Preços, a empresa EMPRESA deverá realizar os seguintes serviços:**

- - Consultoria Técnica e Suporte;
- - Fornecimento de informações técnicas sobre especificações e serviços;
- - Logística abrangente, incluindo opções de serviço expresso.

➤ **A EMPRESA deverá cumprir com o cronograma de serviços, estando a disposição para atendimento sobre as possíveis alterações do período a ser executado, tendo em vista que atenderá as necessidades da Administração, considerando a demanda e atividades a serem realizadas.**

➤ **Dos veículos:**

➤ Os veículos deverão estar disponíveis para atender as necessidades da Administração durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, e nos 07 (sete) dias da semana, com motorista e combustível;

➤ Os veículos deverão ser apresentados com a respectiva documentação de porte obrigatório, após vencedora;

➤ **O abastecimento de combustível dos veículos locados será por conta da EMPRESA;**

➤ A empresa deverá possuir todos os itens de segurança conforme o Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN;

➤ Nos sinistros ocorridos com os veículos será de total responsabilidade da EMPRESA o pagamento de danos materiais, danos morais e corporais, inclusive de terceiros;

➤ **A EMPRESA será responsável pela manutenção preventiva e corretiva, reposição de peças e substituição dos equipamentos em caso de pane ou sinistro;**

➤ A empresa deverá informar que os veículos não possuem nenhum tipo de restrição administrativa ou judicial ou de qualquer outra natureza que possa interromper a utilização do equipamento, durante a execução do contrato;

➤ Caso ocorra algum imprevisto que inviabilize o prosseguimento dos serviços programados com o veículo de trabalho, a EMPRESA terá o prazo de 24h (vinte e quatro) horas para colocar o equipamento em condições de funcionamento;

➤ Casos especiais, em que fogem aos prazos indicados a EMPRESA, deverão ser justificadas por escrito a ADMINISTRAÇÃO para análise e julgamento;

➤ Somente em situações especiais e avaliadas pela ADMINISTRAÇÃO, será admitida a paralisação dos serviços;

➤ Caso o prazo previsto no parágrafo anterior não possa ser cumprido a EMPRESA deverá fornecer, em até 48 (quarenta e oito) horas outro caminhão de iguais características, sem ônus para o ADMINISTRAÇÃO;

➤ A não substituição do (s) equipamento (s) por período superior a 48 (quarenta e oito) horas, será considerado atraso para execução do contrato, ficando incluso nas penalidades previstas neste contrato e na Lei 14.133/2021.

➤ A empresa ficará responsável pelos custos de mobilização inicial e de mobilização final do equipamento locado;

➤ Todos os equipamentos devem atender às exigências do CONTRAN;

➤ A empresa deverá estar com todos os equipamentos obrigatórios e em perfeito estado de conservação e funcionamento, e com toda a documentação regularizada (quando necessário) de acordo com o código de trânsito vigente;



Prefeitura Municipal de Mata de São João

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

- www.matadesaojoao.ba.gov.br





➤ A empresa deverá:

- Disponibilizar equipamento adequado para transporte e distribuição de água potável e reutilizável;
- Dispor de equipamento com **capacidade mínima** de 8.000 litros de água;
- Para o transporte de água reutilizável deverá utilizar equipamento diferente do transporte de água potável, a fim de evitar a possibilidade de contaminação;
- O equipamento deverá possuir acessórios como motor bomba e mangote;
- O veículo deverá apresentar características em conformidade com a norma ABNT NBR N° 16882:2020;

➤ **Da contratação do Caminhão pipa**

- A EMPRESA deverá disponibilizar veículo (Caminhão pipa) de transporte para **água potável**, bem como o veículo adequado para transporte de **água reutilizável**, quando solicitado na ordem de serviço;
- **Para o transporte de água reutilizável deverá ser utilizado um equipamento diferente do transporte de água potável**, a fim de evitar a possibilidade de contaminação;
- O fornecimento da água potável ou reutilizável para a execução dos serviços será de responsabilidade da **CONTRATANTE**, devendo a **CONTRATADA** realizar o deslocamento do veículo até o ponto de abastecimento por ela indicado, sem qualquer custo adicional de quilometragem ou tempo de espera.
- O abastecimento dar-se-á exclusivamente mediante autorização expressa ou cronograma prévio definido pela Fiscalização do Contrato.
- **Identificada a necessidade de abastecimento ou reabastecimento de água (potável ou de reuso), ou formalizada a Ordem de Serviço pela Fiscalização, a CONTRATADA obriga-se a iniciar o deslocamento ao ponto de captação indicado no prazo máximo e improrrogável de 02 (duas) horas. O descumprimento deste prazo, sem justificativa aceita pela Administração, configurará descumprimento operacional e interrupção injustificada do serviço, sujeitando a empresa às sanções moratórias e compensatórias previstas neste instrumento.**
- A recusa injustificada em realizar o deslocamento, a lentidão excessiva proposital ou o descumprimento do itinerário determinado pela Administração configuram descumprimento de obrigação contratual, sujeitando a empresa às sanções de advertência e multa moratória por hora de atraso, conforme previsto neste instrumento.
- Em caso de recusa ou inércia da **CONTRATADA** que coloque em risco o abastecimento essencial da população ou a execução de serviços urgentes, a Administração poderá, sem prejuízo das sanções cabíveis, adotar medidas de intervenção direta ou substituição do veículo por meios próprios ou de terceiros, correndo os custos e prejuízos por conta da detentora do contrato.
- Os veículos deverão possuir as características em conformidade com a norma **ABNT NBR 16882:2020**;

➤ **Da manutenção dos veículos:**

- A manutenção dos veículos correrá por conta da EMPRESA, inclusive, combustível, lubrificantes, substituição e reposição de peças, pneus e acessórios, devendo a EMPRESA apresentar os veículos em perfeitas condições de uso, conservação e limpeza, considerando-se infração não cumprimento destas condições;
- A EMPRESA se comprometerá a manter os caminhões e os equipamentos em boas condições operacionais, mecânicas, elétricas, funilaria, pintura, adesivos visuais, pneus e higienização interna e externa, executando regulagens e reparos necessários e substituindo peças que por defeito ou desgaste normal prejudiquem o seu funcionamento;
- Nas eventuais paradas para revisões ou consertos de avarias, ou quando houver fato impeditivo (acidentes, quebra, manutenção periódica ou outros), o caminhão será substituído por outro de idêntica especificação no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas;

➤ **Do licenciamento dos veículos:**

- As despesas oriundas de IPVA, emplacamento, licenciamento, seguro obrigatório, taxas, (e demais impostos referentes aos veículos) correrão por conta da EMPRESA;
- Na hipótese de renovação dos licenciamentos dos veículos, a EMPRESA deverá fornecer a documentação vigente para o ano, antes de atingir a sua data limite de vencimento.

➤ **Da prestação dos serviços de motorista profissional:**

- A EMPRESA será responsável por todas as despesas relacionadas à contratação dos motoristas que prestarão os serviços, atendendo todas as Legislações Trabalhistas, ficando também por conta da EMPRESA as despesas com alimentação, transporte, hospedagem e encargos sociais do motorista/operador;
- O condutor do veículo deverá portar a Carteira Nacional de Habilitação (CNH), de categoria compatível ao exigido para a condução do equipamento, de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro;
- Não permitir que condutor não credenciado e não habilitado, na forma da lei, conduza o veículo cuja contratação tenha sido objeto deste instrumento;

➤ **Custos:**

- Todos os insumos necessários para a prestação dos serviços, e outros fatores que por assim sejam requisitados ocorrerão por conta da EMPRESA, o que inclui entrega no local indicado pela ADMINISTRAÇÃO, transporte, bem como utilização de





equipamentos e pessoal ou o que for necessário, sendo que não poderá haver nenhuma reclamação por parte da EMPRESA, no sentido de cobranças ou ressarcimentos relativos a tal assunto.

➤ **Sustentabilidade**

- O objeto da presente contratação incumbe à empresa a obrigação de fornecimento de equipamento, que pode ou não, ser fabricado por esta. E ainda sendo fabricado, é possível que alguns componentes, não sejam elaborados também pela mesma.
- No entanto, a competência da EMPRESA não amplia totalmente aos processos de fabricação dos itens, sem necessidade de adoção de medidas obrigatórias que acionem a redução dos impactos ambientais e/ou logística reversa.
- O uso inadequado ou a operação negligente de caminhões pipa pode representar riscos ao meio ambiente, principalmente quando se trata do transporte e manuseio de água. Alguns dos riscos ambientais associados aos caminhões pipa incluem:
 - **Contaminação da Água:** A água armazenada em caminhões pipa pode ser usada para diversas finalidades, como irrigação, abastecimento de comunidades ou uso em reforma de estradas vicinais. Se essa água não for tratada adequadamente ou se o caminhão não estiver devidamente higienizado, há o risco de contaminar as fontes de água potável.
 - **Uso Excessivo de Recursos Hídricos:** O uso excessivo de água por caminhões pipa pode contribuir para a escassez de água, especialmente em áreas onde os recursos hídricos já estão comprometidos.
 - **Erosão do Solo:** Operar caminhões pipa em estradas não pavimentadas ou em áreas de solo exposto pode contribuir para a erosão do solo, resultando na perda de nutrientes e na degradação do ambiente circundante.
- A fim de reduzir esses potenciais riscos e assegurar o uso seguro e ambientalmente consciente dos caminhões pipa, é crucial implementar procedimentos adequados de operação e manutenção, aderir às normas ambientais vigentes e empregar medidas preventivas para evitar tais cenários, conforme a serem previstas para condições de execução de serviço no presente instrumento. Adicionalmente, é fundamental certificar-se de que o transporte seja realizado de acordo com as mais recomendadas práticas ambientais.

➤ **Subcontratação:**

- É vedada a subcontratação total do objeto.
- Será FACULTADA a subcontratação para disponibilização dos veículos requisitados NOS ITENS 1 E 2 REFERENTES AO LOTE ÚNICO, SENDO OBRIGAÇÃO DA EMPRESA SER PROPRIETÁRIA DE PELO MENOS 01 (UM) DOS VEÍCULOS.
- A EMPRESA deverá apresentar notas fiscais de aquisição do veículo ou CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO (CRLV) em nome da arrematante sobre pelo menos 01 (um) dos caminhões pertencentes ao LOTE, ficando facultada a possibilidade de subcontratação sobre o outro veículo.
- A possibilidade de subcontratação somente caberá a sublocação dos veículos, não estando inclusos a disponibilização de mão de obra, combustível, seguro e manutenção, visto todas essas obrigações deverão ser realizadas pela EMPRESA.
- A SUBCONTRATAÇÃO DEPENDERÁ DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ADMINISTRAÇÃO A QUEM INCUMBE AVALIAR SE A SUBCONTRATADA CUMPRE OS REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA NECESSÁRIOS PARA A EXECUÇÃO DO OBJETO; Havendo subcontratação conforme a possibilidade supramencionada, a empresa SUBCONTRATADA estará subordinada a todas as exigências da EMPRESA.
- A EMPRESA deve providenciar e apresentar à FISCALIZAÇÃO, a cópia do contrato celebrado.
- É vedada a subcontratação de empresa declarada inidônea ou suspensão de licitar com órgão da Administração Pública e que apresente irregularidades fiscais;
- Em qualquer hipótese permanece a responsabilidade integral da EMPRESA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão das atividades desempenhadas pela SUBCONTRATADA, bem como responder perante a ADMINISTRAÇÃO pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais.
- A comprovação da propriedade do veículo próprio e da subcontratação será exigida exclusivamente no ato da assinatura da Ata de Registro de Preços, mediante apresentação do CRLV em nome da empresa e dos documentos pertinentes à subcontratação.

➤ **Disposições Finais e Garantias**

- **Responsabilidade Técnica:** A CONTRATADA garante a adequação técnica da **prestação dos serviços e dos resultados** entregues, em conformidade com as normas de segurança, desempenho e a legislação aplicável.
- **Reequilíbrio Econômico-Financeiro:** Fica assegurado à CONTRATADA o direito de pleitear o reequilíbrio econômico-financeiro, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021, mediante comprovação de fatos supervenientes, imprevisíveis ou de consequências incalculáveis, que onerem a execução contratual.
- **Registro de Penalidades:** As sanções aplicadas, em especial a Suspensão Temporária e a Declaração de Inidoneidade, serão registradas no cadastro municipal e, obrigatoriamente, comunicadas para inclusão no CEIS/CNEP (Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas), conforme art. 161 da Lei nº 14.133/2021, promovendo a **transparência pública**.
- **Contraditório e Ampla Defesa:** É garantido à CONTRATADA o exercício do contraditório e da ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes, em todas as hipóteses de sanção, nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021 e do art. 5º, LV, da Constituição Federal. O pagamento de multas não exime do cumprimento das demais obrigações contratuais nem do dever de indenizar.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A Empresa deve cumprir todas as obrigações constantes no contrato e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:



Prefeitura Municipal de Mata de São João

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

- www.matadesaojoao.ba.gov.br





- I. A **EMPRESA** deverá assumir integral responsabilidade pela execução dos serviços e dos eventuais danos deles decorrentes, de acordo com as normas deste Termo Referência, e Ata de Registro de Preços a ser lavrada e demais documentos que o integram;
- II. A **EMPRESA** será a única responsável pela segurança dos trabalhos de seus funcionários e pelos atos por eles praticados, devendo fornecer e exigir o uso de equipamentos de proteção individual, adequados para o serviço;
- III. A **EMPRESA** responderá por todas as despesas e obrigações relativas a salários, previdência social, seguros contra acidentes, e quaisquer outras implicações de natureza trabalhista e, notadamente, pelo fiel cumprimento dos dispositivos da CLT e legislação correlata;
- IV. A **EMPRESA** deverá tomar todas as providências no sentido de serem cumpridas, rigorosamente, por seus empregados, as normas de higiene e de prevenção de acidentes ocupacionais, em conformidade com a legislação vigente;
- V. A **EMPRESA** deverá cumprir todas as obrigações trabalhistas e de Segurança e Medicina do Trabalho e atender as demais normas legais;
- VI. A **EMPRESA** deverá garantir a observância, por parte de seus empregados, garantindo a apresentação de motoristas devidamente habilitados para execução;
- VII. A Fiscalização poderá, a qualquer tempo, exigir a dispensa, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, dos trabalhadores que não atenderem ao estabelecido neste item. Se a dispensa der origem à ação na Justiça do Trabalho, a **ADMINISTRAÇÃO** não arcará, em nenhum caso, com qualquer responsabilidade;
- VIII. A **EMPRESA** será responsável pelo bom comportamento do seu pessoal no local dos serviços.
- IX. Cabe à **EMPRESA** atender rigorosamente as normas de procedimento impostas pela fiscalização, em relação ao pessoal, trânsito de veículos e materiais;
- X. A **EMPRESA** será integralmente responsável pela execução das tarefas de acordo com a determinação da Fiscalização;
- XI. A **EMPRESA** será responsável por eventuais danos provenientes da má conduta de seus funcionários no manuseio dos veículos e equipamentos utilizados nos serviços contratados;
- XII. A **EMPRESA** responderá, como única responsável, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, perante terceiros, pelos atos praticados pelo seu pessoal e pelo uso dos equipamentos, excluída a Municipalidade quaisquer reclamações ou indenizações;
- XIII. A **EMPRESA** arcará integralmente com os custos decorrentes dos seguros necessários, inclusive os relativos à responsabilidade civil e ao ressarcimento eventual de danos materiais e/ou pessoais causados a seus empregados e a terceiros;
- XIV. A **EMPRESA** deverá observar a proibição de exploração de publicidade nos veículos e equipamentos ou nos uniformes dos empregados envolvidos na execução dos serviços;
- XV. Somente deverão constar dizeres ou símbolos autorizados pela **ADMINISTRAÇÃO**;
- XVI. A **EMPRESA** deverá prestar, sempre que solicitado, toda a orientação e demais esclarecimentos referentes à execução dos serviços aos funcionários da Prefeitura indicados pela Fiscalização;
- XVII. A **EMPRESA** fica obrigada a manter, durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Termo de Referência;
- XVIII. Cumprir rigorosamente os prazos estipulados;
- XIX. A **EMPRESA** deverá administrar seu quadro de pessoal no tocante às questões relativas à política salarial, a qual assumirá integralmente e por sua conta e risco as consequências financeiras da negociação, sendo expressamente vedada a transferência de quaisquer ônus trabalhistas à **ADMINISTRAÇÃO**;
- XX. A **EMPRESA** deverá responsabilizar-se pela boa execução e eficiência dos serviços que executar, assim como pelo cumprimento dos elementos técnicos recebidos, bem como por quaisquer danos decorrentes da realização destes serviços, causados à **ADMINISTRAÇÃO** ou a terceiros;
- XXI. Obriga-se também a **EMPRESA** por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais, inclusive trabalhistas, que lhe venham a ser atribuídas por força de lei, relacionadas com o cumprimento do presente;
- XXII. É vedado à **EMPRESA** caucionar ou utilizar a Ata de Registro de Preços para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **ADMINISTRAÇÃO**;
- XXIII. A **EMPRESA** deverá responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas decorrentes de impostos, despesas com mão-de-obra, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, seguros e outras despesas que incidam direta ou indiretamente na execução dos serviços;
- XXIV. A **EMPRESA** deverá comunicar verbalmente, de imediato, e confirmar por escrito à **ADMINISTRAÇÃO**, a ocorrência de qualquer impedimento da prestação dos serviços;





- XXV. A **EMPRESA** deverá providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela fiscalização na execução dos serviços contratados;
- XXVI. Receber o preço estipulado;
- XXVII. Manter, durante a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;
- XXVIII. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto;
- XXIX. A **EMPRESA** deverá reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, **os serviços efetuados** em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- XXX. A concessão de férias coletivas por parte da EMPRESA aos seus funcionários, não poderá eximir a obrigação de manter estrutura mínima para atendimento da demanda da ADMINISTRAÇÃO;
- XXXI. Comunicar a Prefeitura Municipal de Mata de São João os eventuais casos fortuitos ou fatos supervenientes, dentro do **prazo de 02 (dois) dias corridos**, após a verificação do fato e apresentar os documentos para a respectiva comprovação **em até 05 (cinco) dias consecutivos**, a partir da data de sua ocorrência, sob pena de não serem considerados;
- XXXII. Responder por todos os danos e prejuízos decorrentes da paralisação na prestação dos serviços de manutenção, salvo na ocorrência de caso fortuito ou fatos supervenientes, sem que haja culpa da EMPRESA, desde que devidamente apurados, na forma da legislação vigente e sejam comunicados a Prefeitura Municipal de Mata de São João **no prazo máximo de 02 (dois) dias corridos** da ocorrência;
- XXXIII. Assumir todos os gastos e despesas que se fizerem necessários para o adimplemento das obrigações decorrentes deste Contrato;
- XXXIV. Nos preços a serem orçados estarão incluídas todas as parcelas relativas aos custos do frete, EPI's, seguro, taxas, impostos, e demais encargos incidentes;
- XXXV. Obriga-se também a EMPRESA por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais, inclusive trabalhistas, que lhe venham a ser atribuídas por força de lei, relacionadas com o cumprimento do presente Contrato;
- XXXVI. A EMPRESA deverá prestar esclarecimentos a SEOSP - Secretaria de Obras e Serviços Públicos sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolva independentemente de solicitação;
- XXXVII. A EMPRESA deverá ainda:
- Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos e/ou técnicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
 - Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
 - Apresentar à ADMINISTRAÇÃO, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o prédio da ADMINISTRAÇÃO para execução do serviço, quando for o caso;
 - Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
 - Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a EMPRESA relatar à ADMINISTRAÇÃO toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
 - Relatar à ADMINISTRAÇÃO toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
 - Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; bem como não permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
 - Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento da Ata de Registro de Preços;
 - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de cada orçamento apresentado, caso o previsto inicialmente nesse orçamento não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados conforme lei federal 14.133/2021.
 - Comunicar à Administração, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas que antecede a prestação do serviço, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação
 - Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, descarregamento das mercadorias, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na prestação do serviço.

18. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES



Prefeitura Municipal de Mata de São João

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

- www.matadesaojoao.ba.gov.br





18.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

18.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

18.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

- a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- d) apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital.

18.1.3. não firmar a Ata e Registro de Preços ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

18.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar a Ata e Registro de Preços no prazo estabelecido pela Administração.

18.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

18.1.5. fraudar a licitação.

18.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- a) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- b) induzir deliberadamente a erro no julgamento;

18.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

18.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

18.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

18.2.1. advertência;

18.2.2. multa;

18.2.3. impedimento de licitar e contratar e

18.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

18.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

18.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

18.3.2. as peculiaridades do caso concreto

18.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

18.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

18.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

18.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato lícitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

18.4.1. Para as infrações previstas nos itens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato lícitado.

18.4.2. Para as infrações previstas nos itens 18.1.4, 18.1.5, 18.1.6, 18.1.7 e 18.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato lícitado.

18.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

18.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

18.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

18.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 18.1.4, 18.1.5, 18.1.6, 18.1.7 e 18.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.





18.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar a Ata e Registro de Preços, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 17.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

18.10. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

18.11. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

18.12. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

18.13. A multa, no âmbito da Ata de Registro de Preços, poderá ser:

1. Compensatórias:

Destinadas a ressarcir a Administração pelo prejuízo decorrente da inexecução da obrigação principal.

a) **15% (quinze por cento)** sobre o valor da parte inadimplida, em caso de **inexecução parcial** da obrigação principal, caracterizada pela não entrega de etapas ou resultados previstos;

b) **20% (vinte por cento)** sobre o valor total do contrato/ata, em caso de **inexecução total** do objeto, após a rescisão contratual.

2. Moratórias (Atraso):

Aplicadas pelo atraso injustificado na execução do objeto.

a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na prestação dos serviços, calculado sobre o valor correspondente a parte inadimplente, quando o atraso não for superior a 1 (um) mês;

b) 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso que exceder a alínea anterior, na prestação dos serviços, calculados desde o trigésimo primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente a parte inadimplente;

c) 0,33% (trinta e três centésimos por cento), por dia de atraso, na recusa injustificada da assinatura da Ordem de serviço, calculados sobre o valor correspondente da referida Ordem;

d) 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) sobre o valor total do contrato ou parcela de pagamento relativa ao evento em caso do não cumprimento do prazo estipulado pela contratante para a execução do (s) serviço (s).

e) **Multa de 0,1% (um décimo por cento) por hora de atraso**, incidente sobre o valor da diária (8 horas) do veículo, quando o início do deslocamento para abastecimento da água potável ou reutilizável (reuso) exceder o prazo de tolerância de 2 (duas) horas, contado da **ordem de serviço** da fiscalização.

§1º O atraso será computado em horas completas, desprezadas as frações inferiores a 1 (uma) hora.

§2º Para fins de cálculo, considerar-se-ão apenas as horas de atraso **excedentes ao período de tolerância**.

§3º A multa será apurada pela fórmula: **M = Vd x 0,001 x h** (onde M = multa; Vd = valor da diária; h = horas de atraso excedentes à tolerância).

§4º O valor total da multa por ocorrência fica limitado a **20% do valor da diária**, sem prejuízo da possibilidade de rescisão contratual por inexecução parcial.

§5º A aplicação da penalidade observará o devido processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo único: O valor total da multa moratória não poderá, sob nenhuma hipótese, ultrapassar o limite máximo de **30% (trinta por cento)** do valor da parcela inadimplida, resguardando-se os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, em observância ao que dispõe o art. 156, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

3. Pela Qualidade/Conformidade:

Aplicadas pela execução em desacordo com os padrões técnicos e de qualidade.

a) **5% (cinco por cento)** sobre o valor da ordem de serviço/medição dos itens afetados, pela **execução do serviço em desacordo com as especificações técnicas, os padrões de qualidade** estabelecidos no Termo de Referência, independentemente de posterior correção ou refazimento, visto o transtorno administrativo causado.

b) **10% (dez por cento)** sobre o valor da ordem de serviço/medição, em caso de **utilização de veículos, equipamentos, insumos ou mão de obra não homologados/qualificados, inadequados ou em desconformidade** com as normas técnicas ou regulamentares, que comprometam a segurança ou a qualidade final do serviço.

III – Suspensão temporária:





Proibição de licitar e contratar com a Administração, no âmbito do órgão ou entidade do Poder Executivo Municipal, pelo prazo de até 3 (três) anos, conforme art. 156, III, da Lei nº 14.133/2021, em casos de descumprimento grave da obrigação ou ocorrência de fraude.

IV – Declaração de Inidoneidade:

Impedimento de licitar ou contratar com a Administração Pública Direta e Indireta de todos os Entes Federativos (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos termos do art. 156, IV, da Lei nº 14.133/2021, em hipóteses de extrema gravidade, como a prática de atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação, declaração falsa ou inexecução contratual que cause grave prejuízo ao interesse público.

V – Rescisão unilateral:

Conforme art. 137 da Lei nº 14.133/2021, por inadimplemento que inviabilize a continuidade da execução contratual ou por infrações graves que comprometam a segurança e a qualidade do serviço.

VI – Indenização por perdas e danos:

A CONTRATADA responderá por todos os prejuízos diretos ou indiretos causados à Administração Pública Municipal, incluindo, mas não se limitando a: custos com nova contratação emergencial de serviços, prejuízos decorrentes da paralisação ou interrupção de serviços públicos essenciais, e o custo do refazimento de etapas mal executadas ou refugo de materiais aplicados. O dever de indenizar é independente das multas aplicadas.

18.14. Poderá a Prefeitura Municipal de Mata de São João reter o pagamento enquanto perdurarem quaisquer pendências junto à mesma.

18.15. Não será aplicada multa se, comprovadamente, a recusa na entrega do objeto advir de caso fortuito ou fatos supervenientes.

18.16. Para fins de aplicação das sanções previstas neste capítulo, será garantido ao licitante o direito ao contraditório e à ampla defesa.

18.17. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente registradas no cadastro da Prefeitura, e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, prejuízo das multas previstas neste edital e na Ata de Registro de Preços e das demais cominações legais.

18.18. As sanções mencionadas no presente Edital se aplicam também às Atas de Registros de Preços, conforme art. 51 do Decreto Municipal nº 257 de 25 de maio de 2022, que dispõe sobre o rito de aplicação de penalidades, *in verbis*:

ART. 51. OS PROCEDIMENTOS INSTITUÍDOS POR ESTE DECRETO APLICAM-SE ÀS ATAS DE REGISTROS DE PREÇOS E CONTRATAÇÃO DELA DECORRENTES, ADAPTANDO-SE A NOMENCLATURA DE RESCISÃO POR EXCLUSÃO DE ATA.

18.19. No caso de a CONTRATADA estar em situação de recuperação judicial, a convalidação em falência ensejará a imediata rescisão desta Ata de Registro de Preços, sem prejuízo da aplicação das demais cominações legais.

18.20. No caso de a CONTRATADA estar em situação de recuperação extrajudicial, o descumprimento do plano de recuperação ensejará a imediata rescisão desta Ata de Registro de Preços, sem prejuízo da aplicação das demais cominações legais.

18.21. Para o rito de aplicação das penalidades deverá ser observado o Decreto Municipal n. 257 de 25 de maio de 2022 e Decreto Municipal nº. 454/2024 de 05 de julho de 2024.

18.22. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

18.23. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

18.24. O atraso injustificado na execução da Ata de Registro de Preços sujeitará ao contratado a multa de mora.

18.25. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas conforme lei federal nº 14.133/2021.

19. FORMALIZAÇÃO DE PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

19.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o edital de licitação ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da sessão pública de abertura do certame, através do portal eletrônico <https://licitanet.com.br/>



Prefeitura Municipal de Mata de São João

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

- www.matadesaojoao.ba.gov.br





19.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no portal eletrônico www.gov.br/compras, no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da sessão pública de abertura do certame.

19.3. Eventuais modificações neste edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

19.4. A ausência de impugnação implica a aceitação tácita, pela licitante, das condições previstas neste edital e em seus anexos.

20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

20.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

20.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

20.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

20.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

20.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

20.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

20.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

20.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

20.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio oficial desta prefeitura.

20.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 20.11.1.** ANEXO I – Planilha de Referência
- 20.11.2.** ANEXO II – Modelo de Carta de Apresentação de Proposta
- 20.11.3.** ANEXO III – Minuta de Ata de Registro de Preços

Mata de São João, 22 de maio de 2026.

THAIS RODRIGUES SOARES
Coordenadora de Processos Licitatórios





ANEXO I
PLANILHA DE REFERÊNCIA

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA DE SÃO JOÃO
Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 54/2026 – REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO: Contratação de empresa especializada para locação de caminhão pipa com operador e combustível a fim de atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Mata de São João/BA.

LOTE ÚNICO								
ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA / MODELO	UND	QUANTIDADE DE VEÍCULOS	PEDIDO MÍNIMO	PEDIDO MÁXIMO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	LOCAÇÃO DE CAMINHÃO PIPA - com capacidade mínima 8.000 litros, motorbomba de 4 1/2 CV, com 50 metros de mangote de 2", para transporte de ÁGUA POTÁVEL (com fornecimento de operador/motorista, combustível, manutenção, deslocamento, estadia, refeição e seguro contra terceiros POR CONTA DA EMPRESA CONTRATADA).		Diária (08 horas)	1	1	33	R\$ 1.415,54	R\$ 46.712,82
2	LOCAÇÃO DE CAMINHÃO PIPA - com capacidade mínima 8.000 litros, equipado com motobomba de alto desempenho (mínimo 4,5 CV). O sistema deve possuir 50 metros de mangote de 2" e configuração de bomba acoplada (autoescorvante), permitindo operações de sucção e recalque (esvaziamento sob pressão), para transporte de ÁGUA REUTILIZÁVEL (REÚSO). Incluso com fornecimento de operador/motorista, combustível, manutenção, deslocamento, estadia, refeição e seguro contra terceiros POR CONTA DA EMPRESA CONTRATADA		Diária (08 horas)	1	1	50	R\$ 1.415,54	R\$ 70.777,00
VALOR TOTAL DO LOTE ÚNICO: (cento e dezessete mil e quatrocentos e oitenta e nove reais e oitenta e dois centavos)							R\$	117.489,82

Assinado por 1 pessoa: THAÍS RODRIGUES SOARES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://matadesaojoao.1doc.com.br/verificacao/28CC-762F-44AE-85C3> e informe o código 28CC-762F-44AE-85C3





Apresentar juntamente a sua proposta de preço uma planilha de todos os custos envolvendo o referido serviço, conforme **modelo** de tabela abaixo:

ITEM	PERCENTUAL	VALOR TOTAL
MÃO DE OBRA		
TRIBUTOS		
INSUMOS		
LUCRO/BDI		
VALOR TOTAL	100%	

PROPONENTE:

DADOS DA PROPONENTE:

Nome:

Razão Social:

Endereço Completo

Telefone/ fax/e-mail:

Assinado por 1 pessoa: THAÍS RODRIGUES SOARES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://matadesaojoao.1doc.com.br/verificacao/28CC-762F-44AE-85C3> e informe o código 28CC-762F-44AE-85C3



Prefeitura Municipal de Mata de São João

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

- www.matadesaojoao.ba.gov.br





TERMO DE REFERÊNCIA

➤ **DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei n. 14.133/2021)**

OBJETO: Contratação de empresa especializada para locação de caminhão pipa com operador e combustível a fim de atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Mata de São João/BA

➤ **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘c’, da Lei n. 14.133/2021).**

➤ A solução consiste na **locação de caminhões-pipa** (incluindo operador e combustível) para o atendimento das demandas de abastecimento de água potável em localidades desassistidas e execução de serviços de limpeza urbana e manutenção de logradouros no Município de Mata de São João/BA.

➤ A estratégia visa assegurar o direito fundamental ao acesso à água e a continuidade dos serviços de saneamento e saúde pública.

➤ A análise do **ciclo de vida do objeto** compreende as seguintes etapas:

1. Fase de Planejamento: Diagnóstico das necessidades hídricas das comunidades e mapeamento das rotas; elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP) e Termo de Referência (TR); análise de riscos operacionais (como falhas mecânicas ou potabilidade) e pesquisa de preços baseada em parâmetros de mercado (Art. 23, NLLC).

2. Fase de Seleção do Fornecedor: Realização de processo licitatório visando a seleção da proposta mais vantajosa, considerando a capacidade técnica da frota e a regularidade do fornecedor para operação.

3. Fase de Execução e Gestão Contratual:

Disponibilização da Frota: Fornecimento dos veículos com os requisitos técnicos exigidos (capacidade de carga, bombas de recalque e aspersores) e operadores qualificados.

Manutenção e Operação: Responsabilidade da contratada pela manutenção corretiva e preventiva dos veículos, fornecimento de insumos (combustível e lubrificantes) e substituição imediata em caso de avarias, garantindo a **disponibilidade integral** da solução.

4. Fase de Uso e Operação: Monitoramento do cronograma de entregas e controle rigoroso da qualidade da água transportada, com foco na eficiência logística e na satisfação do interesse público.

5. Fase de Encerramento: Desmobilização da frota ao final do contrato ou transição para solução definitiva de abastecimento (rede da EMBASA), com a devida prestação de contas dos volumes transportados e quilômetros percorridos.

➤ **Cumprir ressaltar, que a fim de que seja assegurado a prestação dos serviços e harmonia sobre a execução da Ata de Registro de Preços, a empresa EMPRESA deverá realizar os seguintes serviços:**

- - Consultoria Técnica e Suporte;
- - Fornecimento de informações técnicas sobre especificações e serviços;
- - Logística abrangente, incluindo opções de serviço expresso.

➤ **A EMPRESA deverá cumprir com o cronograma de serviços, estando a disposição para atendimento sobre as possíveis alterações do período a ser executado, tendo em vista que atenderá as necessidades da Administração, considerando a demanda e atividades a serem realizadas.**

➤ **Dos veículos:**

➤ Os veículos deverão estar disponíveis para atender as necessidades da Administração durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, e nos 07 (sete) dias da semana, com motorista e combustível;

➤ Os veículos deverão ser apresentados com a respectiva documentação de porte obrigatório, após vencedora;

➤ **O abastecimento de combustível dos veículos locados será por conta da EMPRESA;**

➤ A empresa deverá possuir todos os itens de segurança conforme o Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN;

➤ Nos sinistros ocorridos com os veículos será de total responsabilidade da EMPRESA o pagamento de danos materiais, danos morais e corporais, inclusive de terceiros;

➤ **A EMPRESA será responsável pela manutenção preventiva e corretiva, reposição de peças e substituição dos equipamentos em caso de pane ou sinistro;**



Prefeitura Municipal de Mata de São João

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

- www.matadesaojoao.ba.gov.br





- A empresa deverá informar que os veículos não possuem nenhum tipo de restrição administrativa ou judicial ou de qualquer outra natureza que possa interromper a utilização do equipamento, durante a execução do contrato;
- Caso ocorra algum imprevisto que inviabilize o prosseguimento dos serviços programados com o veículo de trabalho, a EMPRESA terá o prazo de 24h (vinte e quatro) horas para colocar o equipamento em condições de funcionamento;
- Casos especiais, em que fogem aos prazos indicados a EMPRESA, deverão ser justificadas por escrito a ADMINISTRAÇÃO para análise e julgamento;
- Somente em situações especiais e avaliadas pela ADMINISTRAÇÃO, será admitida a paralisação dos serviços;
- Caso o prazo previsto no parágrafo anterior não possa ser cumprido a EMPRESA deverá fornecer, em até 48 (quarenta e oito) horas outro caminhão de iguais características, sem ônus para o ADMINISTRAÇÃO;
- A não substituição do (s) equipamento (s) por período superior a 48 (quarenta e oito) horas, será considerado atraso para execução do contrato, ficando incluso nas penalidades previstas neste contrato e na Lei 14.133/2021.
- A empresa ficará responsável pelos custos de mobilização inicial e de mobilização final do equipamento locado;
- Todos os equipamentos devem atender às exigências do CONTRAN;
- A empresa deverá estar com todos os equipamentos obrigatórios e em perfeito estado de conservação e funcionamento, e com toda a documentação regularizada (quando necessário) de acordo com o código de trânsito vigente;
 - A empresa deverá:
 - Disponibilizar equipamento adequado para transporte e distribuição de água potável e reutilizável;
 - Dispor de equipamento com **capacidade mínima** de 8.000 litros de água;
 - Para o transporte de água reutilizável deverá utilizar equipamento diferente do transporte de água potável, a fim de evitar a possibilidade de contaminação;
 - O equipamento deverá possuir acessórios como motor bomba e mangote;
 - O veículo deverá apresentar características em conformidade com a norma ABNT NBR 16882:2020;

➤ **Da contratação do Caminhão pipa**

- A EMPRESA deverá disponibilizar veículo (Caminhão pipa) de transporte para **água potável**, bem como o veículo adequado para transporte de **água reutilizável**, quando solicitado na ordem de serviço;
- **Para o transporte de água reutilizável deverá ser utilizado um equipamento diferente do transporte de água potável**, a fim de evitar a possibilidade de contaminação;
- O fornecimento da água potável ou reutilizável para a execução dos serviços será de responsabilidade da **CONTRATANTE**, devendo a **CONTRATADA** realizar o deslocamento do veículo até o ponto de abastecimento por ela indicado, sem qualquer custo adicional de quilometragem ou tempo de espera.
- O abastecimento dar-se-á exclusivamente mediante autorização expressa ou cronograma prévio definido pela Fiscalização do Contrato.
- **Identificada a necessidade de abastecimento ou reabastecimento de água (potável ou de reuso), ou formalizada a Ordem de Serviço pela Fiscalização, a CONTRATADA obriga-se a iniciar o deslocamento ao ponto de captação indicado no prazo máximo e improrrogável de 02 (duas) horas. O descumprimento deste prazo, sem justificativa aceita pela Administração, configurará desídia operacional e interrupção injustificada do serviço, sujeitando a empresa às sanções moratórias e compensatórias previstas neste instrumento.**
- A recusa injustificada em realizar o deslocamento, a lentidão excessiva proposital ou o descumprimento do itinerário determinado pela Administração configuram descumprimento de obrigação contratual, sujeitando a empresa às sanções de advertência e multa moratória por hora de atraso, conforme previsto neste instrumento.
- Em caso de recusa ou inércia da **CONTRATADA** que coloque em risco o abastecimento essencial da população ou a execução de serviços urgentes, a Administração poderá, sem prejuízo das sanções cabíveis, adotar medidas de intervenção direta ou substituição do veículo por meios próprios ou de terceiros, correndo os custos e prejuízos por conta da detentora do contrato.
- Os veículos deverão possuir as características em conformidade com a norma **ABNT NBR 16882:2020**;
- **Da manutenção dos veículos:**
 - A manutenção dos veículos correrá por conta da EMPRESA, inclusive, combustível, lubrificantes, substituição e reposição de peças, pneus e acessórios, devendo a EMPRESA apresentar os veículos em perfeitas condições de uso, conservação e limpeza, considerando-se infração não cumprimento destas condições;
 - A EMPRESA se comprometerá a manter os caminhões e os equipamentos em boas condições operacionais, mecânicas, elétricas, funilaria, pintura, adesivos visuais, pneus e higienização interna e externa, executando regulagens e reparos necessários e substituindo peças que por defeito ou desgaste normal prejudiquem o seu funcionamento;
 - Nas eventuais paradas para revisões ou consertos de avarias, ou quando houver fato impeditivo (acidentes, quebra, manutenção periódica ou outros), o caminhão será substituído por outro de idêntica especificação no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas;
- **Do licenciamento dos veículos:**





➤ As despesas oriundas de IPVA, emplacamento, licenciamento, seguro obrigatório, taxas, (e demais impostos referentes aos veículos) correrão por conta da EMPRESA;

➤ Na hipótese de renovação dos licenciamentos dos veículos, a EMPRESA deverá fornecer a documentação vigente para o ano, antes de atingir a sua data limite de vencimento.

➤ **Da prestação dos serviços de motorista profissional:**

➤ A EMPRESA será responsável por todas as despesas relacionadas à contratação dos motoristas que prestarão os serviços, atendendo todas as Legislações Trabalhistas, ficando também por conta da EMPRESA as despesas com alimentação, transporte, hospedagem e encargos sociais do motorista/operador;

➤ O condutor do veículo deverá portar a Carteira Nacional de Habilitação (CNH), de categoria compatível ao exigido para a condução do equipamento, de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro;

➤ Não permitir que condutor não credenciado e não habilitado, na forma da lei, conduza o veículo cuja contratação tenha sido objeto deste instrumento;

➤ **Custos:**

➤ Todos os insumos necessários para a prestação dos serviços, e outros fatores que por assim sejam requisitados ocorrerão por conta da EMPRESA, o que inclui entrega no local indicado pela ADMINISTRAÇÃO, transporte, bem como utilização de equipamentos e pessoal ou o que for necessário, sendo que não poderá haver nenhuma reclamação por parte da EMPRESA, no sentido de cobranças ou ressarcimentos relativos a tal assunto.

➤ **Sustentabilidade**

➤ O objeto da presente contratação incumbe à empresa a obrigação de fornecimento de equipamento, que pode ou não, ser fabricado por esta. E ainda sendo fabricado, é possível que alguns componentes, não sejam elaborados também pela mesma.

➤ No entanto, a competência da EMPRESA não amplia totalmente aos processos de fabricação dos itens, sem necessidade de adoção de medidas obrigatórias que acionem a redução dos impactos ambientais e/ou logística reversa.

➤ O uso inadequado ou a operação negligente de caminhões pipa pode representar riscos ao meio ambiente, principalmente quando se trata do transporte e manuseio de água. Alguns dos riscos ambientais associados aos caminhões pipa incluem:

➤ **Contaminação da Água:** A água armazenada em caminhões pipa pode ser usada para diversas finalidades, como irrigação, abastecimento de comunidades ou uso em reforma de estradas vicinais. Se essa água não for tratada adequadamente ou se o caminhão não estiver devidamente higienizado, há o risco de contaminar as fontes de água potável.

➤ **Uso Excessivo de Recursos Hídricos:** O uso excessivo de água por caminhões pipa pode contribuir para a escassez de água, especialmente em áreas onde os recursos hídricos já estão comprometidos.

➤ **Erosão do Solo:** Operar caminhões pipa em estradas não pavimentadas ou em áreas de solo exposto pode contribuir para a erosão do solo, resultando na perda de nutrientes e na degradação do ambiente circundante.

➤ A fim de reduzir esses potenciais riscos e assegurar o uso seguro e ambientalmente consciente dos caminhões pipa, é crucial implementar procedimentos adequados de operação e manutenção, aderir às normas ambientais vigentes e empregar medidas preventivas para evitar tais cenários, conforme a serem previstas para condições de execução de serviço no presente instrumento. Adicionalmente, é fundamental certificar-se de que o transporte seja realizado de acordo com as mais recomendadas práticas ambientais.

➤ **Subcontratação:**

➤ É vedada a subcontratação total do objeto.

➤ Será FACULTADA a subcontratação para disponibilização dos veículos requisitados NOS ITENS 1 E 2 REFERENTES AO LOTE ÚNICO, SENDO OBRIGAÇÃO DA EMPRESA SER PROPRIETARIA DE PELO MENOS 01 (UM) DOS VEÍCULOS.

➤ A EMPRESA deverá apresentar notas fiscais de aquisição do veículo ou CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO (CRLV) em nome da arrematante sobre pelo menos 01 (um) dos caminhões pertencentes ao LOTE, ficando facultada a possibilidade de subcontratação sobre o outro veículo.

➤ A possibilidade de subcontratação somente caberá a sublocação dos veículos, não estando inclusos a disponibilização de mão de obra, combustível, seguro e manutenção, visto todas essas obrigações deverão ser realizadas pela EMPRESA.

➤ A SUBCONTRATAÇÃO DEPENDERÁ DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ADMINISTRAÇÃO A QUEM INCUMBE AVALIAR SE A SUBCONTRATADA CUMPRE OS REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA NECESSÁRIOS PARA A EXECUÇÃO DO OBJETO; Havendo subcontratação conforme a possibilidade supramencionada, a empresa SUBCONTRATADA estará subordinada a todas as exigências da EMPRESA.

➤ A EMPRESA deve providenciar e apresentar à FISCALIZAÇÃO, a cópia do contrato celebrado.

➤ É vedada a subcontratação de empresa declarada inidônea ou suspensa de licitar com órgão da Administração Pública e que apresente irregularidades fiscais;

➤ Em qualquer hipótese permanece a responsabilidade integral da EMPRESA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão das atividades desempenhadas pela SUBCONTRATADA, bem como responder perante a ADMINISTRAÇÃO pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais.

➤ A comprovação da propriedade do veículo próprio e da subcontratação será exigida exclusivamente no ato da assinatura da Ata de Registro de Preços, mediante apresentação do CRLV em nome da empresa e dos documentos pertinentes à subcontratação.





➤ Disposições Finais e Garantias

- **Responsabilidade Técnica:** A CONTRATADA garante a adequação técnica da **prestação dos serviços e dos resultados** entregues, em conformidade com as normas de segurança, desempenho e a legislação aplicável.
- **Reequilíbrio Econômico-Financeiro:** Fica assegurado à CONTRATADA o direito de pleitear o reequilíbrio econômico-financeiro, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021, mediante comprovação de fatos supervenientes, imprevisíveis ou de consequências incalculáveis, que onerem a execução contratual.
- **Registro de Penalidades:** As sanções aplicadas, em especial a Suspensão Temporária e a Declaração de Inidoneidade, serão registradas no cadastro municipal e, obrigatoriamente, comunicadas para inclusão no CEIS/CNEP (Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas), conforme art. 161 da Lei nº 14.133/2021, promovendo a **transparência pública**.
- **Contraditório e Ampla Defesa:** É garantido à CONTRATADA o exercício do contraditório e da ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes, em todas as hipóteses de sanção, nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021 e do art. 5º, LV, da Constituição Federal. O pagamento de multas não exime do cumprimento das demais obrigações contratuais nem do dever de indenizar.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A Empresa deve cumprir todas as obrigações constantes no contrato e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- XXXVIII. A **EMPRESA** deverá assumir integral responsabilidade pela execução dos serviços e dos eventuais danos deles decorrentes, de acordo com as normas deste Termo Referência, e Ata de Registro de Preços a ser lavrada e demais documentos que o integram;
- XXXIX. A **EMPRESA** será a única responsável pela segurança dos trabalhos de seus funcionários e pelos atos por eles praticados, devendo fornecer e exigir o uso de equipamentos de proteção individual, adequados para o serviço;
- XL. A **EMPRESA** responderá por todas as despesas e obrigações relativas a salários, previdência social, seguros contra acidentes, e quaisquer outras implicações de natureza trabalhista e, notadamente, pelo fiel cumprimento dos dispositivos da CLT e legislação correlata;
- XLI. A **EMPRESA** deverá tomar todas as providências no sentido de serem cumpridas, rigorosamente, por seus empregados, as normas de higiene e de prevenção de acidentes ocupacionais, em conformidade com a legislação vigente;
- XLII. A **EMPRESA** deverá cumprir todas as obrigações trabalhistas e de Segurança e Medicina do Trabalho e atender as demais normas legais;
- XLIII. A **EMPRESA** deverá garantir a observância, por parte de seus empregados, garantindo a apresentação de motoristas devidamente habilitadas para execução;
- XLIV. A Fiscalização poderá, a qualquer tempo, exigir a dispensa, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, dos trabalhadores que não atenderem ao estabelecido neste item. Se a dispensa der origem à ação na Justiça do Trabalho, a **ADMINISTRAÇÃO** não arcará, em nenhum caso, com qualquer responsabilidade;
- XLV. A **EMPRESA** será responsável pelo bom comportamento do seu pessoal no local dos serviços.
- XLVI. Cabe à **EMPRESA** atender rigorosamente as normas de procedimento impostas pela fiscalização, em relação ao pessoal, trânsito de veículos e materiais;
- XLVII. A **EMPRESA** será integralmente responsável pela execução das tarefas de acordo com a determinação da Fiscalização;
- XLVIII. A **EMPRESA** será responsável por eventuais danos provenientes da má conduta de seus funcionários no manuseio dos veículos e equipamentos utilizados nos serviços contratados;
- XLIX. A **EMPRESA** responderá, como única responsável, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, perante terceiros, pelos atos praticados pelo seu pessoal e pelo uso dos equipamentos, excluída a Municipalidade quaisquer reclamações ou indenizações;
- L. A **EMPRESA** arcará integralmente com os custos decorrentes dos seguros necessários, inclusive os relativos à responsabilidade civil e ao ressarcimento eventual de danos materiais e/ou pessoais causados a seus empregados e a terceiros;
- LI. A **EMPRESA** deverá observar a proibição de exploração de publicidade nos veículos e equipamentos ou nos uniformes dos empregados envolvidos na execução dos serviços;
- LII. Somente deverão constar dizeres ou símbolos autorizados pela **ADMINISTRAÇÃO**;
- LIII. A **EMPRESA** deverá prestar, sempre que solicitado, toda a orientação e demais esclarecimentos referentes à execução dos serviços aos funcionários da Prefeitura indicados pela Fiscalização;
- LIV. A **EMPRESA** fica obrigada a manter, durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Termo de Referência;
- LV. Cumprir rigorosamente os prazos estipulados;





- LVI. A **EMPRESA** deverá administrar seu quadro de pessoal no tocante às questões relativas à política salarial, a qual assumirá integralmente e por sua conta e risco as consequências financeiras da negociação, sendo expressamente vedada a transferência de quaisquer ônus trabalhistas à **ADMINISTRAÇÃO**;
- LVII. A **EMPRESA** deverá responsabilizar-se pela boa execução e eficiência dos serviços que executar, assim como pelo cumprimento dos elementos técnicos recebidos, bem como por quaisquer danos decorrentes da realização destes serviços, causados à **ADMINISTRAÇÃO** ou a terceiros;
- LVIII. Obriga-se também a **EMPRESA** por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais, inclusive trabalhistas, que lhe venham a ser atribuídas por força de lei, relacionadas com o cumprimento do presente;
- LIX. É vedado à **EMPRESA** caucionar ou utilizar a Ata de Registro de Preços para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **ADMINISTRAÇÃO**;
- LX. A **EMPRESA** deverá responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas decorrentes de impostos, despesas com mão-de-obra, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, seguros e outras despesas que incidam direta ou indiretamente na execução dos serviços;
- LXI. A **EMPRESA** deverá comunicar verbalmente, de imediato, e confirmar por escrito à **ADMINISTRAÇÃO**, a ocorrência de qualquer impedimento da prestação dos serviços;
- LXII. A **EMPRESA** deverá providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela fiscalização na execução dos serviços contratados;
- LXIII. Receber o preço estipulado;
- LXIV. Manter, durante a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;
- LXV. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto;
- LXVI. A **EMPRESA** deverá reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços efetuados em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- LXVII. A concessão de férias coletivas por parte da **EMPRESA** aos seus funcionários, não poderá eximir a obrigação de manter estrutura mínima para atendimento da demanda da **ADMINISTRAÇÃO**;
- LXVIII. Comunicar a Prefeitura Municipal de Mata de São João os eventuais casos fortuitos ou fatos supervenientes, dentro do **prazo de 02 (dois) dias corridos**, após a verificação do fato e apresentar os documentos para a respectiva comprovação **em até 05 (cinco) dias consecutivos**, a partir da data de sua ocorrência, sob pena de não serem considerados;
- LXIX. Responder por todos os danos e prejuízos decorrentes da paralisação na prestação dos serviços de manutenção, salvo na ocorrência de caso fortuito ou fatos supervenientes, sem que haja culpa da **EMPRESA**, desde que devidamente apurados, na forma da legislação vigente e sejam comunicados a Prefeitura Municipal de Mata de São João **no prazo máximo de 02 (dois) dias corridos** da ocorrência;
- LXX. Assumir todos os gastos e despesas que se fizerem necessários para o adimplemento das obrigações decorrentes deste Contrato;
- LXXI. Nos preços a serem orçados estarão inclusas todas as parcelas relativas aos custos do frete, EPI's, seguro, taxas, impostos, e demais encargos incidentes;
- LXXII. Obriga-se também a **EMPRESA** por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais, inclusive trabalhistas, que lhe venham a ser atribuídas por força de lei, relacionadas com o cumprimento do presente Contrato;
- LXXIII. A **EMPRESA** deverá prestar esclarecimentos a SEOSP - Secretaria de Obras e Serviços Públicos sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolva independentemente de solicitação;
- LXXIV. A **EMPRESA** deverá ainda:
- l) Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos e/ou técnicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
 - m) Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
 - n) Apresentar à **ADMINISTRAÇÃO**, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o prédio da **ADMINISTRAÇÃO** para execução do serviço, quando for o caso;
 - o) Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
 - p) Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a **EMPRESA** relatar à **ADMINISTRAÇÃO** toda e qualquer





ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

q) Relatar à ADMINISTRAÇÃO toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

r) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; bem como não permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

s) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento da Ata de Registro de Preços;

t) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de cada orçamento apresentado, caso o previsto inicialmente nesse orçamento não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados conforme lei federal 14.133/2021.

u) Comunicar à Administração, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas que antecede a prestação do serviço, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação

v) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, descarregamento das mercadorias, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na prestação do serviço.





ANEXO II – MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

(EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA COM O CNPJ E ENDEREÇO)

À PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA DE SÃO JOÃO

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 54/2026 – REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO: Contratação de empresa especializada para locação de caminhão pipa com operador e combustível a fim de atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Mata de São João/BA.

Proposta que faz a empresa _____, inscrita no CNPJ Nº _____, Estabelecida na _____, para o fornecimento do bem relacionado no Anexo I, Lote ____ pelo preço total de R\$.....(.....).

- 1- Os valores unitários e total da proposta, de acordo com os preços praticados no mercado, em algarismo e por extenso, expresso em moeda corrente nacional (R\$).
- 2- O prazo de validade de nossa proposta de preços é de 60 (sessenta) dias, contados da data do julgamento das propostas.
- 3- Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemo-nos a entregar todos os itens no prazo estipulado no Edital.

Local e data.

PROPONENTE:

DADOS DA PROPONENTE:

Nome:

Razão Social:

Endereço Completo

Telefone/ fax/e-mail:



Prefeitura Municipal de Mata de São João

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

- www.matadesaojoao.ba.gov.br





ANEXO III

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 54/2026 – REGISTRO DE PREÇOS

Aos _____ dias do mês de _____ de _____, na sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA DE SÃO JOÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.805.528/0001-80, com sede à Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140 - Centro, Mata de São João – Bahia o Fundo Municipal de Assistência Social, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.773.628/0001-34 e o Fundo Municipal de Saúde, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 11.144.137/0001-36 neste ato representados pela Pregoeira Oficial, **Sra. Aizi de Oliveira Rolemberg**, CPF nº 039.964.795-30, e do outro lado a Empresa a seguir descrita e qualificada, na presença das 02 (duas) testemunhas abaixo-assinadas, nos termos da Lei Federal nº. 14.133/2021, Decreto Municipal Nº 714/2023, **Decreto Municipal n. 257 de 25 de maio de 2022 e Decreto Municipal nº. 454/2024 de 05 de julho de 2024**, resolvem Registrar os Preços, conforme decisão exarada no **Processo Administrativo nº. 8575/2026** e HOMOLOGADA, no dia ____/____/____, referente ao **Pregão Eletrônico Nº 54/2026 – REGISTRO DE PREÇOS**, consoante as seguintes Cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E EMPRESA REGISTRADA.

Contratação de empresa especializada para locação de caminhão pipa com operador e combustível a fim de atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Mata de São João/BA..

1.2. A empresa registrada é a seguir descrita com a respectiva qualificação:

1.2.1. _____.

1.2.1.1 Endereço eletrônico (e-mail) para fim exclusivo de comunicação entre as partes _____

1.2.1.1.1 Dispensa-se comunicação mediante correspondência física. Assim a empresa ora registrada na presente Ata de Registro de Preços se responsabiliza pela manutenção e funcionamento do endereço eletrônico fornecido através de declaração solicitada no edital que originou o presente instrumento.

1.3. Quando da emissão da **Nota Fiscal de Prestação dos Serviços**, a CONTRATADA deverá preenchê-la, minimamente, com a **descrição serviços prestados com indicação dos equipamentos fornecidos, identificação do evento, data e horário**

1.4. Os itens registrados na Ata de Registro de Preços serão os seguintes:

ITEM	DESCRIÇÃO	UF	VALOR UNITÁRIO	QUANT. TOTAL	PEDIDO MÍNIMO	PEDIDO MÁXIMO	VALOR TOTAL
VALOR TOTAL (Algarismo e por extenso)							

1.5. O processo, normas, instruções, edital, seus anexos, assim como também a Ata de Registro de Preços e as propostas das empresas registradas na licitação modalidade **Pregão Eletrônico Nº 54/2026 – REGISTRO DE PREÇOS**, conforme o Item 1.2., passam a fazer parte integrante desta Ata de Registro de Preços independente de transcrições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRESTAÇÃO E DO RECEBIMENTO

2.1. Os serviços deverão estar em conformidade com o indicado nas Ordens de Serviço emitidas pela **Secretaria Municipal Gerenciadora** da presente Ata de Registro de Preços, nas quantidades solicitadas e de acordo com as especificações exigidas no processo licitatório, observando o Decreto Municipal nº. 17/2024 com referência à Comissão de Recebimento de Materiais.

2.1.1. No curso da execução deste instrumento, caberá às Secretarias responsáveis o direito de fiscalizar a fiel observância das disposições constantes na presente Ata, promovendo a aferição qualitativa e quantitativa dos produtos disponibilizados e efetivamente entregues, sem prejuízo da fiscalização exercida pela Gerenciadora.

2.1.1.1. A fiscalização exercida pela **Secretaria Municipal Gerenciadora** não implica em co-responsabilidade sua ou do(s) responsável(s) pelo acompanhamento da Ata de Registro de Preços, não excluindo nem reduzindo a responsabilidade da empresa registrada, inclusive por danos que possam ser causados à PMSJ ou a terceiros, por qualquer irregularidade decorrente de culpa ou dolo da empresa registrada na execução da Ata.

2.2.1. O objeto da contratação será recebido pela contratante provisoriamente e definitivamente consoante o disposto art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo eles:

a) **provisoriamente**, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;



Prefeitura Municipal de Mata de São João

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

- www.matadesaojoao.ba.gov.br





b) **definitivamente**, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

2.3. Ainda que recebido em caráter definitivo, subsistirá, na forma da lei, a responsabilidade da empresa vencedora pela validade e qualidade da prestação dos serviços.

2.3.1. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

2.4. Na hipótese de constatação de anomalia que comprometa a utilização adequada do objeto desta Ata de Registro de Preços, os mesmos serão rejeitados, no todo ou em parte, conforme dispõe o art. 140, §1º da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.5. Caso seja constatado que a prestação dos serviços apresenta irregularidades, não correspondem às especificações deste Edital ou estão fora dos padrões determinados, eles serão rejeitados, podendo a Administração rescindir a contratação ou determinar que sejam refeitos e/ou corrigidos, no prazo de 03 (Três) dias úteis contados da comunicação, por escrito, mantido o preço contratado e sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS.

3.1. Os preços ofertados pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços são os constantes das respectivas Planilha de Preços, constante na Cláusula Primeira da presente **Ata de Registro de Preços**.

3.2. O preço unitário a ser pago será o ofertado na proposta e registrado na Cláusula Primeira da presente **Ata de Registro de Preços**.

3.3. Os pagamentos serão efetuados, **no prazo máximo de até 30 (trinta) dias**, de acordo com o recebimento, conferência e **aceite dos serviços efetivamente prestados**, por meio de Ordem Bancária, e de acordo com as condições constantes da proposta, mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, de acordo com as demais exigências administrativas em vigor.

3.3.1. Deverá acompanhar os seguintes documentos para compor o processo de pagamento no que se refere a execução dos serviços:

- **Boletim de Medição dos serviços;**

Quanto do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Obs.: Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, nota fiscal/fatura, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.3.2. A nota fiscal de serviço deverá ser emitida em conformidade com a Planilha de Referência do Edital e da proposta do Contratado;

Nenhum pagamento será efetuado à empresa a ser contratada, enquanto houver a pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual;

3.3.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a empresa providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Administração.

3.3.4. No caso de CONTRATADA em situação de recuperação judicial, deverá apresentar declaração, relatório ou documento equivalente de seu administrador judicial, ou se o administrador judicial for pessoa jurídica, do profissional responsável pela condução do processo, de que está cumprindo o plano de recuperação judicial;

3.3.5. No caso de CONTRATADA em situação de recuperação extrajudicial, junto com os demais comprovantes, deverá apresentar comprovação documental de que está cumprindo as obrigações do plano de recuperação extrajudicial.

3.3.6. No caso de empresa em situação de recuperação judicial, deverá apresentar declaração, relatório ou documento equivalente de seu administrador judicial, ou se o administrador judicial for pessoa jurídica, do profissional responsável pela condução do processo, de que está cumprindo o plano de recuperação judicial;

3.3.7. No caso de empresa em situação de recuperação extrajudicial, junto com os demais comprovantes, deverá apresentar comprovação documental de que está cumprindo as obrigações do plano de recuperação extrajudicial.

3.3.8. A não apresentação das comprovações acima assegura à Prefeitura o direito de sustar o pagamento respectivo e/ou pagamentos seguintes.

3.4. Antes de efetuar o pagamento será verificada à regularidade do Fornecedor junto aos órgãos fazendários e Trabalhistas, todos mediante consultas "on line".

3.4. O valor da Ata de Registro de Preços poderá ser reajustado, através de acordo entre as partes, a cada 12 (doze) meses a partir da data da apresentação da proposta, tomando-se por base a variação do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, ou na sua falta, de acordo com o índice que legalmente vier a lhe substituir.





- 3.5. Os quantitativos inicialmente registrados na Ata de Registro de Preços, poderão ser mantidos os mesmos ou ajustados conforme nova avaliação de demanda, em consonância o planejamento da gestão pública, observando as condições orçamentárias e administrativas vigentes.
- 3.6. A renovação é condicionada a observância de alguns critérios, ou seja, a comprovação da manutenção de preço vantajoso para a Administração pública e celebrada por termo aditivo dentro do prazo da sua vigência.
- 3.7. Havendo prorrogação da Ata, quando couber, poderá a Empresa Contratada pleitear o reajuste, considerando o índice IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) aferido por meio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
- 3.8. Quanto à renovação, será observada a reposição integral do quantitativo da ata, sem somatória com eventuais saldos remanescentes de exercícios anteriores.
- 3.9. A Administração Pública responderá em até 60 (sessenta) dias o pedido de repactuação de preço ou pedido de reequilíbrio econômico, conforme incisos X e XI do art. 92.
- 3.10. As despesas decorrentes da Ata de Registro de Preços correrão por conta da seguinte programação financeira:

A Secretaria de Administração e Finanças,

Informamos a classificação programática da despesa solicitada no presente processo, em conformidade com as Leis nº 1.015/2025 e 1.014/2025, conforme demonstrado a seguir:

ÓRGÃO/U. O.	FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO	PROGRAMA	PROJ/ATIV	DISCRIMINAÇÃO
09-SEDUC 0901-SEDUC	12	361	0003	2026	Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental.
09-SEDUC 0901-SEDUC	12	365	0003	2027	Manutenção e Desenvolvimento Básica- Creche.
09-SEDUC 0901-SEDUC	12	365	0003	2028	Manutenção e Desenvolvimento Básica- Pré-Escola.
18 – SEOSP 1801- SEOSP	17	512	0013	2092	Manutenção dos Serviços de Limpeza Pública e Manejo de Resíduos Sólidos.

Salientamos que a viabilidade da dotação orçamentária será verificada no momento da formalização do contrato e/ou da emissão do empenho.

Informamos a dotação orçamentária, solicitada no presente processo, com o valor estimado de R\$11.324,32, de acordo com as demonstrações a seguir:

➤ Lei nº1015/2025:

U. O.	FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO	PROGRAMA	PROJ/ATIV	DISCRIMINAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE
10.00 SESAU 10.01 FMS	10	301	004	2037	FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DA REDE DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE	3.3.90.39.12	500
		302		2040	FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS ATENÇÃO ESPECIALIZADA A SAÚDE – MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE		

3.11. A Prefeitura de Mata de São João poderá rever o preço registrado, em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo, em comum acordo, à Secretaria responsável da presente Ata de Registro de Preços, promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, conforme artigo 25 do Decreto Municipal nº 714/2023.

3.12. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, a Secretaria responsável, deverá convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado, nos termos do artigo 26 do Decreto Municipal nº 713/2023.

3.13. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido. Neste caso, deverá a Secretaria responsável convocar os demais fornecedores registrados, visando igual oportunidade de negociação, nos termos do artigo art. 27, §3º, do Decreto Municipal nº 714/2023.

3.13.1. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a Prefeitura de Mata de São João através da Secretaria responsável, autorizada, pelo(a) respectivo Secretário(a), poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes da emissão da Ordem de Serviço. Neste caso, deverá convocar os demais fornecedores registrados visando igual oportunidade de negociação, nos termos do artigo 27, §3 do Decreto Municipal nº 714/2023.

3.13.2. Caso, não haja êxito nas negociações, a Prefeitura de Mata de São João através da Secretaria responsável, autorizada, pelo (a) respectivo **Secretário(a)**, deverá proceder à revogação do item constante na Ata de Registro de Preço, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa, conforme determina o artigo 27, §4º do Decreto Municipal nº 714/2023.



Prefeitura Municipal de Mata de São João

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

- www.matadesaojoao.ba.gov.br





3.13.3. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas caput do art. 25 do Decreto Municipal nº 714/2023.

CLÁUSULA QUARTA – DO LOCAL DE ENTREGA E DOS PRAZOS.

4.1. Prazo de Execução dos Serviços: O prazo de execução dos serviços será indicado em cada Ordem de Serviço.

4.2. Local da entrega: Os serviços ocorrerão ou poderão ocorrer em todo o território do Município de Mata de São João.

4.3. O objeto da contratação será recebido pela contratante provisoriamente e definitivamente consoante o disposto art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo eles:

- c) **provisoriamente**, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;
- d) **definitivamente**, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

4.3.1. Caso seja constatado que a prestação dos serviços e fornecimento dos materiais apresentem irregularidades, não correspondem às especificações deste Edital, eles serão rejeitados, podendo a Administração rescindir a contratação ou determinar que sejam refeitos e/ou corrigidos, no prazo de 01 (dia) corrido contados da comunicação, por escrito, mantido o preço contratado e sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

4.3.2. Caso as irregularidades digam respeito à diferença de quantidade ou de partes, a Administração poderá determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

4.3.3. Na hipótese de complementação, a contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 01 (dia) corrido, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

4.3.4. O recebimento e aceite do objeto pela Contratante não exclui a responsabilidade civil da Contratada por vícios de quantidade ou qualidade do material ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas posteriormente.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS.

5.1. A presente **Ata de Registro de Preços**, ora firmada entre a Prefeitura de Mata de São João e as empresas referidas no preâmbulo deste instrumento, terá validade de **01 (um) ano** a contar da sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), podendo ser prorrogado por igual período desde que comprovado que o preço é mais vantajoso, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.1.1. A divulgação da Ata de Registro de Preços no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para sua eficácia/vigência.

5.2. A presente Ata de Registro de Preços será extinta pelo decurso do prazo ou pelo esgotamento de seu saldo com expresso reconhecimento do (s) gestor (es).

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES.

6.1. Ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, o licitante que:

- 6.1.1.** Ensejar o retardamento da execução da Ata de Registro de Preços,
- 6.1.2.** Não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da Ata de Registro de Preços
- 6.1.3.** Comportar-se de modo inidôneo,
- 6.1.4.** Deixar de entregar ou apresentar documentação falsa,
- 6.1.5.** Cometer fraude fiscal.

6.2. A multa, no âmbito da Ata de Registro de Preços, poderá ser:

- 1. Compensatórias:

Destinadas a ressarcir a Administração pelo prejuízo decorrente da inexecução da obrigação principal.

- a) **15% (quinze por cento)** sobre o valor da parte inadimplida, em caso de **inexecução parcial** da obrigação principal, caracterizada pela não entrega de etapas ou resultados previstos;
- b) **20% (vinte por cento)** sobre o valor total do contrato/ata, em caso de **inexecução total** do objeto, após a rescisão contratual.

- 2. Moratórias (Atraso):

Aplicadas pelo atraso injustificado na execução do objeto.

- a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na prestação dos serviços, calculado sobre o valor correspondente a parte inadimplente, quando o atraso não for superior a 1 (um) mês;



Prefeitura Municipal de Mata de São João

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

- www.matadesaojoao.ba.gov.br





b) 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso que exceder a alínea anterior, na prestação dos serviços, calculados desde o trigésimo primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente a parte inadimplente;

c) 0,33% (trinta e três centésimos por cento), por dia de atraso, na recusa injustificada da assinatura da Ordem de serviço, calculados sobre o valor correspondente da referida Ordem;

d) 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) sobre o valor total do contrato ou parcela de pagamento relativa ao evento em caso do não cumprimento do prazo estipulado pela contratante para a execução do (s) serviço (s).

f) **Multa de 0,1% (um décimo por cento) por hora de atraso**, incidente sobre o valor da diária (8 horas) do veículo, quando o início do deslocamento para abastecimento da água potável ou reutilizável (reuso) exceder o prazo de tolerância de 2 (duas) horas, contado da **ordem de serviço** da fiscalização.

§1º O atraso será computado em horas completas, desprezadas as frações inferiores a 1 (uma) hora.

§2º Para fins de cálculo, considerar-se-ão apenas as horas de atraso **excedentes ao período de tolerância**.

§3º A multa será apurada pela fórmula: $M = Vd \times 0,001 \times h$ (onde M = multa; Vd = valor da diária; h = horas de atraso excedentes à tolerância).

§4º O valor total da multa por ocorrência fica limitado a **20% do valor da diária**, sem prejuízo da possibilidade de rescisão contratual por inexecução parcial.

§5º A aplicação da penalidade observará o devido processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo único: O valor total da multa moratória não poderá, sob nenhuma hipótese, ultrapassar o limite máximo de **30% (trinta por cento)** do valor da parcela inadimplida, resguardando-se os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, em observância ao que dispõe o art. 156, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

3. Pela Qualidade/Conformidade:

Aplicadas pela execução em desacordo com os padrões técnicos e de qualidade.

a) **5% (cinco por cento)** sobre o valor da ordem de serviço/medição dos itens afetados, pela **execução do serviço em desacordo com as especificações técnicas, os padrões de qualidade** estabelecidos no Termo de Referência, independentemente de posterior correção ou refazimento, visto o transtorno administrativo causado.

b) **10% (dez por cento)** sobre o valor da ordem de serviço/medição, em caso de **utilização de veículos, equipamentos, insumos ou mão de obra não homologados/qualificados, inadequados ou em desconformidade** com as normas técnicas ou regulamentares, que comprometam a segurança ou a qualidade final do serviço.

III – Suspensão temporária:

Proibição de licitar e contratar com a Administração, no âmbito do órgão ou entidade do Poder Executivo Municipal, pelo prazo de até 3 (três) anos, conforme art. 156, III, da Lei nº 14.133/2021, em casos de descumprimento grave da obrigação ou ocorrência de fraude.

IV – Declaração de Inidoneidade:

Impedimento de licitar ou contratar com a Administração Pública Direta e Indireta de todos os Entes Federativos (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos termos do art. 156, IV, da Lei nº 14.133/2021, em hipóteses de extrema gravidade, como a prática de atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação, declaração falsa ou inexecução contratual que cause grave prejuízo ao interesse público.

V – Rescisão unilateral:

Conforme art. 137 da Lei nº 14.133/2021, por inadimplemento que inviabilize a continuidade da execução contratual ou por infrações graves que comprometam a segurança e a qualidade do serviço.

VI – Indenização por perdas e danos:

A CONTRATADA responderá por todos os prejuízos diretos ou indiretos causados à Administração Pública Municipal, incluindo, mas não se limitando a: custos com nova contratação emergencial de serviços, prejuízos decorrentes da paralisação ou interrupção de serviços públicos essenciais, e o custo do refazimento de etapas mal executadas ou refugo de materiais aplicados. O dever de indenizar é independente das multas aplicadas.

6.3. Poderá a Prefeitura Municipal de Mata de São João reter o pagamento enquanto perdurarem quaisquer pendências junto à mesma.

6.4. Não será aplicada multa se, comprovadamente, a recusa na entrega do objeto advir de caso fortuito ou fatos supervenientes.

6.5. Para fins de aplicação das sanções previstas neste capítulo, será garantido ao licitante o direito ao contraditório e à ampla defesa.

6.6. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente registradas no cadastro da Prefeitura, e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, prejuízo das multas previstas neste edital e na Ata de Registro de Preços e das demais cominações legais.

6.7. As sanções mencionadas no presente Edital se aplicam também às Atas de Registros de Preços, conforme art. 51 do Decreto Municipal nº 257 de 25 de maio de 2022, que dispõe sobre o rito de aplicação de penalidades, *in verbis*:



Prefeitura Municipal de Mata de São João

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

- www.matadesaojoao.ba.gov.br





ART. 51. OS PROCEDIMENTOS INSTITUÍDOS POR ESTE DECRETO APLICAM-SE ÀS ATAS DE REGISTROS DE PREÇOS E CONTRATAÇÃO DELA DECORRENTES, ADAPTANDO-SE A NOMENCLATURA DE RESCISÃO POR EXCLUSÃO DE ATA.

6.8. No caso de a CONTRATADA estar em situação de recuperação judicial, a convalidação em falência ensejará a imediata rescisão desta Ata de Registro de Preços, sem prejuízo da aplicação das demais cominações legais.

6.9. No caso de a CONTRATADA estar em situação de recuperação extrajudicial, o descumprimento do plano de recuperação ensejará a imediata rescisão desta Ata de Registro de Preços, sem prejuízo da aplicação das demais cominações legais.

6.10. Para o rito de aplicação das penalidades deverá ser observado o Decreto Municipal n. 257 de 25 de maio de 2022 e Decreto Municipal nº. 454/2024 de 05 de julho de 2024

6.11. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

6.12. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

6.13. O atraso injustificado na execução da Ata de Registro de Preços sujeitará ao contratado a multa de mora.

6.14. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas conforme lei federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO.

7.1. O fornecedor terá seu registro cancelado, nos termos das disposições fixadas no artigo 29 do Decreto Municipal nº 714/2023, nas seguintes hipóteses:

I - por razão de interesse público;

II - a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

III - se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no § 3º do art. 26 e no § 4º do art. 27 do Decreto Municipal nº. 714/2023.

7.1.1. O cancelamento do registro nas hipóteses previstas acima será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e ampla defesa, nos termos do parágrafo único do artigo 28, §2º do Decreto Municipal nº. 714/2023.

7.2. O cancelamento do registro poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados, por razão de interesse público ou a pedido do fornecedor, conforme artigo 29 do Decreto Municipal nº 714/2023.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

8.1. As obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços serão formalizadas através de emissão de Nota de Empenho de Despesa, conforme o disposto no artigo 34 do Decreto Municipal nº 714/2023.

8.2. O fornecedor terá o prazo de **72 (setenta e duas) horas**, a contar do recebimento da convocação da Prefeitura Municipal de Mata de São João, para retirar a Nota de Empenho de Despesa, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº. 14.133/2021.

8.2.1. A recusa da adjudicatória em retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente, caracteriza descumprimento de obrigações, acarretando o cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do artigo 28, inciso II, do Decreto Municipal nº 714/2023.

8.3. O gerenciamento e Fiscalização da Ata de Registro de Preços e das Notas de Empenho de Despesas resultantes da presente licitação será feito na seguinte forma:

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

FISCAL:

Adriano de Jesus Nunes

Gerente de Infraestrutura e Desenvolvimento Rural

SUB FISCAL:

Renald Anunciação Dos Santos

Coordenador de Manutenção

GESTOR:

Bruna Queslin França da Silva

Subcoordenadora De Contratos

SUB GESTOR:



Prefeitura Municipal de Mata de São João

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

- www.matadesaojoao.ba.gov.br





Thalita Lorraine Pereira Santos
Assessora de Gabinete

SECRETARIA DE SAÚDE

GESTOR
Nailane Nascimento Barbosa
Subcoordenadora de Suprimentos

GESTOR SUPLENTE
Raiane Lima de Jesus
Subcoordenadora de Acompanhamento de Execução Contratual

FISCAL
Nildete Silva dos Santos
Coordenadora de Controle de Qualidade Laboratoriais

FISCAL SUPLENTE
Ademir dos Santos Mimo
Subcoordenador de Manutenção

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

GESTOR
Andrea Paim Ferreira
Subcoordenadora de Avaliação e Controle da Demanda Escolar

GESTOR SUPLENTE
Sabrina Ketelim Oliveira Freitas
Assistente de Direção

FISCAL
Rosana Araújo Almeida
Gerente de Apoio Institucional à Unidade Escolar

FISCAL SUPLENTE
Camila Santana Batista
Assessora de Gabinete

CLÁUSULA NONA – DO REGIME DE FORNECIMENTO E DAS OBRIGAÇÕES

9.1. São obrigações das empresas, cujos preços foram registrados na presente Ata:

- 1) Prestar os serviços e entregar os produtos (conforme o caso) descritos na Cláusula Primeira, de forma eficiente e adequada e de acordo com a proposta apresentada, atendendo tão somente às Ordens de Fornecimento emitidas pela(s) **Secretaria(s) Gerenciadora(s)** da presente Ata de Registro de Preços;
- 2) Responder pelos materiais com vícios ou defeitos ocultos;
- 3) Receber o preço estipulado na Cláusula Terceira;
- 4) Assumir todos os gastos e despesas que se fizerem necessários para o adimplemento das obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
- 5) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente Ata de Registro de Preços;
- 6) Arcar com quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução da Ata de Registro de Preços, isentando a PMMSJ de qualquer responsabilidade;
- 7) Manter-se, durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações ora assumidas, de acordo com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 8) Responder por todos os danos e prejuízos decorrentes da suspensão da prestação dos serviços licitados, salvo, na ocorrência de caso fortuito ou força maior, sem que haja culpa da(s) CONTRATADA(S), desde que devidamente apurados, na forma da legislação vigente e sejam comunicados à PMMSJ, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da ocorrência;
- 9) Nos preços registrados estão incluídas todas as parcelas relativas aos custos da prestação dos serviços, frete, seguro, taxas, impostos e demais encargos incidentes;
- 10) Entregar os materiais de acordo com o pactuado, não sendo aceito em hipótese alguma, materiais remanufaturados, reciclados, pirateados ou com características inferiores às descritas nas especificações dos itens;
- 11) Prestar os serviços, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações mínimas da especificação;
- 12) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente Ata de Registro de Preços;
- 13) Responsabilizar-se por todo o ônus referente à prestação dos serviços;
- 14) Assumir a responsabilidade pelos encargos sociais e outros, pertinentes à prestação dos serviços, bem como taxas, impostos, fretes e demais despesas, diretas e indiretas, incidentes sobre o(s) mesmo(s).
- 15) **Obrigações específicas para a execução dos serviços:**

➤ **Cumpram ressaltar, que a fim de que seja assegurado a prestação dos serviços e harmonia sobre a execução da Ata de Registro de Preços, a empresa EMPRESA deverá realizar os seguintes serviços:**

- - Consultoria Técnica e Suporte;





- - Fornecimento de informações técnicas sobre especificações e serviços;
- - Logística abrangente, incluindo opções de serviço expresso.
- **A EMPRESA deverá cumprir com o cronograma de serviços, estando a disposição para atendimento sobre as possíveis alterações do período a ser executado, tendo em vista que atenderá as necessidades da Administração, considerando a demanda e atividades a serem realizadas.**
- **Dos veículos:**
 - Os veículos deverão estar disponíveis para atender as necessidades da Administração durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, e nos 07 (sete) dias da semana, com motorista e combustível;
 - Os veículos deverão ser apresentados com a respectiva documentação de porte obrigatório, após vencedora;
 - **O abastecimento de combustível dos veículos locados será por conta da EMPRESA;**
 - A empresa deverá possuir todos os itens de segurança conforme o Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN;
 - Nos sinistros ocorridos com os veículos será de total responsabilidade da EMPRESA o pagamento de danos materiais, danos morais e corporais, inclusive de terceiros;
 - **A EMPRESA será responsável pela manutenção preventiva e corretiva, reposição de peças e substituição dos equipamentos em caso de pane ou sinistro;**
 - A empresa deverá informar que os veículos não possuem nenhum tipo de restrição administrativa ou judicial ou de qualquer outra natureza que possa interromper a utilização do equipamento, durante a execução do contrato;
 - Caso ocorra algum imprevisto que inviabilize o prosseguimento dos serviços programados com o veículo de trabalho, a EMPRESA terá o prazo de 24h (vinte e quatro) horas para colocar o equipamento em condições de funcionamento;
 - Casos especiais, em que fogem aos prazos indicados a EMPRESA, deverão ser justificadas por escrito a ADMINISTRAÇÃO para análise e julgamento;
 - Somente em situações especiais e avaliadas pela ADMINISTRAÇÃO, será admitida a paralisação dos serviços;
 - Caso o prazo previsto no parágrafo anterior não possa ser cumprido a EMPRESA deverá fornecer, em até 48 (quarenta e oito) horas outro caminhão de iguais características, sem ônus para o ADMINISTRAÇÃO;
 - A não substituição do (s) equipamento (s) por período superior a 48 (quarenta e oito) horas, será considerado atraso para execução do contrato, ficando incluso nas penalidades previstas neste contrato e na Lei 14.133/2021.
 - A empresa ficará responsável pelos custos de mobilização inicial e de mobilização final do equipamento locado;
 - Todos os equipamentos devem atender às exigências do CONTRAN;
 - A empresa deverá estar com todos os equipamentos obrigatórios e em perfeito estado de conservação e funcionamento, e com toda a documentação regularizada (quando necessário) de acordo com o código de trânsito vigente;
- A empresa deverá:
 - Disponibilizar equipamento adequado para transporte e distribuição de água potável e reutilizável;
 - Dispor de equipamento com **capacidade mínima** de 8.000 litros de água;
 - Para o transporte de água reutilizável deverá utilizar equipamento diferente do transporte de água potável, a fim de evitar a possibilidade de contaminação;
 - O equipamento deverá possuir acessórios como motor bomba e mangote;
 - O veículo deverá apresentar características em conformidade com a norma ABNT NBR N° 16882:2020;

➤ **Da contratação do Caminhão pipa**

- A EMPRESA deverá disponibilizar veículo (Caminhão pipa) de transporte para **água potável**, bem como o veículo adequado para transporte de **água reutilizável**, quando solicitado na ordem de serviço;
- **Para o transporte de água reutilizável deverá ser utilizado um equipamento diferente do transporte de água potável**, a fim de evitar a possibilidade de contaminação;
- O fornecimento da água potável ou reutilizável para a execução dos serviços será de responsabilidade da **CONTRATANTE**, devendo a **CONTRATADA** realizar o deslocamento do veículo até o ponto de abastecimento por ela indicado, sem qualquer custo adicional de quilometragem ou tempo de espera.
- O abastecimento dar-se-á exclusivamente mediante autorização expressa ou cronograma prévio definido pela Fiscalização do Contrato.
- **Identificada a necessidade de abastecimento ou reabastecimento de água (potável ou de reuso), ou formalizada a Ordem de Serviço pela Fiscalização, a CONTRATADA obriga-se a iniciar o deslocamento ao ponto de captação indicado no prazo máximo e improrrogável de 02 (duas) horas. O descumprimento deste prazo, sem justificativa aceita pela Administração, configurará descídia operacional e interrupção injustificada do serviço, sujeitando a empresa às sanções moratórias e compensatórias previstas neste instrumento.**





➤ A recusa injustificada em realizar o deslocamento, a lentidão excessiva proposital ou o descumprimento do itinerário determinado pela Administração configuram descumprimento de obrigação contratual, sujeitando a empresa às sanções de advertência e multa moratória por hora de atraso, conforme previsto neste instrumento.

➤ Em caso de recusa ou inércia da **CONTRATADA** que coloque em risco o abastecimento essencial da população ou a execução de serviços urgentes, a Administração poderá, sem prejuízo das sanções cabíveis, adotar medidas de intervenção direta ou substituição do veículo por meios próprios ou de terceiros, correndo os custos e prejuízos por conta da detentora do contrato.

➤ Os veículos deverão possuir as características em conformidade com a norma **ABNT NBR 16882:2020**;

➤ Da manutenção dos veículos:

➤ A manutenção dos veículos correrá por conta da EMPRESA, inclusive, combustível, lubrificantes, substituição e reposição de peças, pneus e acessórios, devendo a EMPRESA apresentar os veículos em perfeitas condições de uso, conservação e limpeza, considerando-se infração não cumprimento destas condições;

➤ A EMPRESA se comprometerá a manter os caminhões e os equipamentos em boas condições operacionais, mecânicas, elétricas, funilaria, pintura, adesivos visuais, pneus e higienização interna e externa, executando regulagens e reparos necessários e substituindo peças que por defeito ou desgaste normal prejudiquem o seu funcionamento;

➤ Nas eventuais paradas para revisões ou consertos de avarias, ou quando houver fato impeditivo (acidentes, quebra, manutenção periódica ou outros), o caminhão será substituído por outro de idêntica especificação no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas;

➤ Do licenciamento dos veículos:

➤ As despesas oriundas de IPVA, emplacamento, licenciamento, seguro obrigatório, taxas, (e demais impostos referentes aos veículos) correrão por conta da EMPRESA;

➤ Na hipótese de renovação dos licenciamentos dos veículos, a EMPRESA deverá fornecer a documentação vigente para o ano, antes de atingir a sua data limite de vencimento.

➤ Da prestação dos serviços de motorista profissional:

➤ A EMPRESA será responsável por todas as despesas relacionadas à contratação dos motoristas que prestarão os serviços, atendendo todas as Legislações Trabalhistas, ficando também por conta da EMPRESA as despesas com alimentação, transporte, hospedagem e encargos sociais do motorista/operador;

➤ O condutor do veículo deverá portar a Carteira Nacional de Habilitação (CNH), de categoria compatível ao exigido para a condução do equipamento, de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro;

➤ Não permitir que condutor não credenciado e não habilitado, na forma da lei, conduza o veículo cuja contratação tenha sido objeto deste instrumento;

➤ Custos:

➤ Todos os insumos necessários para a prestação dos serviços, e outros fatores que por assim sejam requisitados ocorrerão por conta da EMPRESA, o que inclui entrega no local indicado pela ADMINISTRAÇÃO, transporte, bem como utilização de equipamentos e pessoal ou o que for necessário, sendo que não poderá haver nenhuma reclamação por parte da EMPRESA, no sentido de cobranças ou ressarcimentos relativos a tal assunto.

➤ Subcontratação:

➤ É vedada a subcontratação total do objeto.

➤ Será FACULTADA a subcontratação para disponibilização dos veículos requisitados NOS ITENS 1 E 2 REFERENTES AO LOTE ÚNICO, SENDO OBRIGAÇÃO DA EMPRESA SER PROPRIETÁRIA DE PELO MENOS 01 (UM) DOS VEÍCULOS.

➤ A EMPRESA deverá apresentar notas fiscais de aquisição do veículo ou CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO (CRLV) em nome da arrematante sobre pelo menos 01 (um) dos caminhões pertencentes ao LOTE, ficando facultada a possibilidade de subcontratação sobre o outro veículo.

➤ A possibilidade de subcontratação somente caberá a sublocação dos veículos, não estando inclusos a disponibilização de mão de obra, combustível, seguro e manutenção, visto todas essas obrigações deverão ser realizadas pela EMPRESA.

➤ A SUBCONTRATAÇÃO DEPENDERÁ DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ADMINISTRAÇÃO A QUEM INCUMBE AVALIAR SE A SUBCONTRATADA CUMPRE OS REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA NECESSÁRIOS PARA A EXECUÇÃO DO OBJETO; Havendo subcontratação conforme a possibilidade supramencionada, a empresa SUBCONTRATADA estará subordinada a todas as exigências da EMPRESA.

➤ A EMPRESA deve providenciar e apresentar à FISCALIZAÇÃO, a cópia do contrato celebrado.

➤ É vedada a subcontratação de empresa declarada inidônea ou suspensa de licitar com órgão da Administração Pública e que apresente irregularidades fiscais;

➤ Em qualquer hipótese permanece a responsabilidade integral da EMPRESA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão das atividades desempenhadas pela SUBCONTRATADA, bem como responder perante a ADMINISTRAÇÃO pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais.

➤ A comprovação da propriedade do veículo próprio e da subcontratação será exigida exclusivamente no ato da assinatura da Ata de Registro de Preços, mediante apresentação do CRLV em nome da empresa e dos documentos pertinentes à subcontratação.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA



Prefeitura Municipal de Mata de São João

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

- www.matadesaojoao.ba.gov.br





A Empresa deve cumprir todas as obrigações constantes no contrato e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- I. A **EMPRESA** deverá assumir integral responsabilidade pela execução dos serviços e dos eventuais danos deles decorrentes, de acordo com as normas deste instrumento e demais documentos que o integram;
- II. A **EMPRESA** será a única responsável pela segurança dos trabalhos de seus funcionários e pelos atos por eles praticados, devendo fornecer e exigir o uso de equipamentos de proteção individual, adequados para o serviço;
- III. A **EMPRESA** responderá por todas as despesas e obrigações relativas a salários, previdência social, seguros contra acidentes, e quaisquer outras implicações de natureza trabalhista e, notadamente, pelo fiel cumprimento dos dispositivos da CLT e legislação correlata;
- IV. A **EMPRESA** deverá tomar todas as providências no sentido de serem cumpridas, rigorosamente, por seus empregados, as normas de higiene e de prevenção de acidentes ocupacionais, em conformidade com a legislação vigente;
- V. A **EMPRESA** deverá cumprir todas as obrigações trabalhistas e de Segurança e Medicina do Trabalho e atender as demais normas legais;
- VI. A **EMPRESA** deverá garantir a observância, por parte de seus empregados, garantindo a apresentação de motoristas devidamente habilitados para execução;
- VII. A Fiscalização poderá, a qualquer tempo, exigir a dispensa, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, dos trabalhadores que não atenderem ao estabelecido neste item. Se a dispensa der origem à ação na Justiça do Trabalho, a **ADMINISTRAÇÃO** não arcará, em nenhum caso, com qualquer responsabilidade;
- VIII. A **EMPRESA** será responsável pelo bom comportamento do seu pessoal no local dos serviços.
- IX. Cabe à **EMPRESA** atender rigorosamente as normas de procedimento impostas pela fiscalização, em relação ao pessoal, trânsito de veículos e materiais;
- X. A **EMPRESA** será integralmente responsável pela execução das tarefas de acordo com a determinação da Fiscalização;
- XI. A **EMPRESA** será responsável por eventuais danos provenientes da má conduta de seus funcionários no manuseio dos veículos e equipamentos utilizados nos serviços contratados;
- XII. A **EMPRESA** responderá, como única responsável, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, perante terceiros, pelos atos praticados pelo seu pessoal e pelo uso dos equipamentos, excluída a Municipalidade quaisquer reclamações ou indenizações;
- XIII. A **EMPRESA** arcará integralmente com os custos decorrentes dos seguros necessários, inclusive os relativos à responsabilidade civil e ao ressarcimento eventual de danos materiais e/ou pessoais causados a seus empregados e a terceiros;
- XIV. A **EMPRESA** deverá observar a proibição de exploração de publicidade nos veículos e equipamentos ou nos uniformes dos empregados envolvidos na execução dos serviços;
- XV. Somente deverão constar dizeres ou símbolos autorizados pela **ADMINISTRAÇÃO**;
- XVI. A **EMPRESA** deverá prestar, sempre que solicitado, toda a orientação e demais esclarecimentos referentes à execução dos serviços aos funcionários da Prefeitura indicados pela Fiscalização;
- XVII. A **EMPRESA** fica obrigada a manter, durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Termo de Referência;
- XVIII. Cumprir rigorosamente os prazos estipulados;
- XIX. A **EMPRESA** deverá administrar seu quadro de pessoal no tocante às questões relativas à política salarial, a qual assumirá integralmente e por sua conta e risco as consequências financeiras da negociação, sendo expressamente vedada a transferência de quaisquer ônus trabalhistas à **ADMINISTRAÇÃO**;
- XX. A **EMPRESA** deverá responsabilizar-se pela boa execução e eficiência dos serviços que executar, assim como pelo cumprimento dos elementos técnicos recebidos, bem como por quaisquer danos decorrentes da realização destes serviços, causados à **ADMINISTRAÇÃO** ou a terceiros;
- XXI. Obriga-se também a **EMPRESA** por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais, inclusive trabalhistas, que lhe venham a ser atribuídas por força de lei, relacionadas com o cumprimento do presente;
- XXII. É vedado à **EMPRESA** caucionar ou utilizar a Ata de Registro de Preços para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **ADMINISTRAÇÃO**;
- XXIII. A **EMPRESA** deverá responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas decorrentes de impostos, despesas com mão-de-obra, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, seguros e outras despesas que incidam direta ou indiretamente na execução dos serviços;





- XXIV. A **EMPRESA** deverá comunicar verbalmente, de imediato, e confirmar por escrito à **ADMINISTRAÇÃO**, a ocorrência de qualquer impedimento da prestação dos serviços;
- XXV. A **EMPRESA** deverá providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela fiscalização na execução dos serviços contratados;
- XXVI. Receber o preço estipulado;
- XXVII. Manter, durante a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;
- XXVIII. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto;
- XXIX. A EMPRESA deverá reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, **os serviços efetuados** em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- XXX. A concessão de férias coletivas por parte da EMPRESA aos seus funcionários, não poderá eximir a obrigação de manter estrutura mínima para atendimento da demanda da ADMINISTRAÇÃO;
- XXXI. Comunicar a Prefeitura Municipal de Mata de São João os eventuais casos fortuitos ou fatos supervenientes, dentro do **prazo de 02 (dois) dias corridos**, após a verificação do fato e apresentar os documentos para a respectiva comprovação **em até 05 (cinco) dias consecutivos**, a partir da data de sua ocorrência, sob pena de não serem considerados;
- XXXII. Responder por todos os danos e prejuízos decorrentes da paralisação na prestação dos serviços de manutenção, salvo na ocorrência de caso fortuito ou fatos supervenientes, sem que haja culpa da EMPRESA, desde que devidamente apurados, na forma da legislação vigente e sejam comunicados a Prefeitura Municipal de Mata de São João **no prazo máximo de 02 (dois) dias corridos** da ocorrência;
- XXXIII. Assumir todos os gastos e despesas que se fizerem necessários para o adimplemento das obrigações decorrentes deste Contrato;
- XXXIV. Nos preços a serem orçados estarão inclusas todas as parcelas relativas aos custos do frete, EPI's, seguro, taxas, impostos, e demais encargos incidentes;
- XXXV. Obriga-se também a EMPRESA por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais, inclusive trabalhistas, que lhe venham a ser atribuídas por força de lei, relacionadas com o cumprimento do presente Contrato;
- XXXVI. A EMPRESA deverá prestar esclarecimentos a SEOSP - Secretaria de Obras e Serviços Públicos sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolva independentemente de solicitação;
- XXXVII. A EMPRESA deverá ainda:
- Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos e/ou técnicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
 - Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
 - Apresentar à ADMINISTRAÇÃO, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o prédio da ADMINISTRAÇÃO para execução do serviço, quando for o caso;
 - Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
 - Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a EMPRESA relatar à ADMINISTRAÇÃO toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
 - Relatar à ADMINISTRAÇÃO toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
 - Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; bem como não permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
 - Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento da Ata de Registro de Preços;
 - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de cada orçamento apresentado, caso o previsto inicialmente nesse orçamento não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados conforme lei federal 14.133/2021.
 - Comunicar à Administração, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas que antecede a prestação do serviço, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação
 - Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, descarregamento das mercadorias, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na prestação do serviço.





➤ Disposições Finais e Garantias

- **Responsabilidade Técnica:** A CONTRATADA garante a adequação técnica da **prestação dos serviços e dos resultados** entregues, em conformidade com as normas de segurança, desempenho e a legislação aplicável.
- **Reequilíbrio Econômico-Financeiro:** Fica assegurado à CONTRATADA o direito de pleitear o reequilíbrio econômico-financeiro, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021, mediante comprovação de fatos supervenientes, imprevisíveis ou de consequências incalculáveis, que onerem a execução contratual.
- **Registro de Penalidades:** As sanções aplicadas, em especial a Suspensão Temporária e a Declaração de Inidoneidade, serão registradas no cadastro municipal e, obrigatoriamente, comunicadas para inclusão no CEIS/CNEP (Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas), conforme art. 161 da Lei nº 14.133/2021, promovendo a **transparência pública**.
- **Contraditório e Ampla Defesa:** É garantido à CONTRATADA o exercício do contraditório e da ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes, em todas as hipóteses de sanção, nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021 e do art. 5º, LV, da Constituição Federal. O pagamento de multas não exime do cumprimento das demais obrigações contratuais nem do dever de indenizar.

➤ Sustentabilidade

➤ O objeto da presente contratação incumbe à empresa a obrigação de fornecimento de equipamento, que pode ou não, ser fabricado por esta. E ainda sendo fabricado, é possível que alguns componentes, não sejam elaborados também pela mesma.

➤ No entanto, a competência da EMPRESA não amplia totalmente aos processos de fabricação dos itens, sem necessidade de adoção de medidas obrigatórias que acionem a redução dos impactos ambientais e/ou logística reversa.

➤ O uso inadequado ou a operação negligente de caminhões pipa pode representar riscos ao meio ambiente, principalmente quando se trata do transporte e manuseio de água. Alguns dos riscos ambientais associados aos caminhões pipa incluem:

➤ **Contaminação da Água:** A água armazenada em caminhões pipa pode ser usada para diversas finalidades, como irrigação, abastecimento de comunidades ou uso em reforma de estradas vicinais. Se essa água não for tratada adequadamente ou se o caminhão não estiver devidamente higienizado, há o risco de contaminar as fontes de água potável.

➤ **Uso Excessivo de Recursos Hídricos:** O uso excessivo de água por caminhões pipa pode contribuir para a escassez de água, especialmente em áreas onde os recursos hídricos já estão comprometidos.

➤ **Erosão do Solo:** Operar caminhões pipa em estradas não pavimentadas ou em áreas de solo exposto pode contribuir para a erosão do solo, resultando na perda de nutrientes e na degradação do ambiente circundante.

➤ A fim de reduzir esses potenciais riscos e assegurar o uso seguro e ambientalmente consciente dos caminhões pipa, é crucial implementar procedimentos adequados de operação e manutenção, aderir às normas ambientais vigentes e empregar medidas preventivas para evitar tais cenários, conforme a serem previstas para condições de execução de serviço no presente instrumento. Adicionalmente, é fundamental certificar-se de que o transporte seja realizado de acordo com as mais recomendadas práticas ambientais.

9.2 - da CONTRATANTE:

- Constatando-se qualquer irregularidade, o responsável pela fiscalização da execução do Contrato deverá de imediato e por escrito, comunicar à Secretaria competente, que tomará as medidas pertinentes, consoantes a Lei 14.133/21, sem prejuízo de demais legislação pertinente.
- Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer alteração e/ou ocorrência relacionada com a contratação;
- Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços que a CONTRATADA prestar fora das especificações do Edital.
- Facilitar o acesso da CONTRATADA ao local dos serviços.
- Efetuar o pagamento devido, nas condições estabelecidas.
- Na Ordem de Serviço emitida, a CONTRATANTE deverá informar em tal documento o detalhamento do serviço identificando os locais que serão realizados os serviços, prazos para realização dos serviços, e campo para atesto de recebimento da CONTRATADA.

Parágrafo único. É obrigação comum o cumprimento dos prazos avençados neste instrumento

CLÁUSULA DÉCIMA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

10.1. Esta Ata de Registro de Preços é regida pela Lei Federal nº 14.133/2021, em sua atual redação, e pelo do Decreto Municipal nº 714/2023, e, subsidiariamente pelos Princípios Gerais do Direito.

10.2. A existência de preços registrados não obriga a PMSJ a firmar as contratações que dele poderão advir, conforme dispõe o artigo 21 do Decreto Municipal nº 714/2023.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DO FORO.

11.1. Para todas as questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços, será competente o foro da Comarca de Mata de São João, Estado da Bahia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



Prefeitura Municipal de Mata de São João

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

- www.matadesaojoao.ba.gov.br





E por assim estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes acima identificadas e qualificadas firmam o presente instrumento na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo-assinadas, para que produza todos os efeitos legais e resultantes de direito.

Mata de São João, ____ de _____ de _____.

TESTEMUNHAS:



Prefeitura Municipal de Mata de São João

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

- www.matadesaojoao.ba.gov.br





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 28CC-762F-44AE-85C3

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



THAÍS RODRIGUES SOARES (CPF 029.XXX.XXX-33) em 22/05/2026 11:05:35 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://matadesaojoao.1doc.com.br/verificacao/28CC-762F-44AE-85C3>